



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Artur Santiago Brant Campos

O “estado” da Morte:
Uma etnografia junto a trabalhadores da morte

Brasília

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Artur Santiago Brant Campos

O “estado” da Morte:
Uma etnografia junto a trabalhadores da morte

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pelo departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Brasília

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Autor: Artur Santiago Brant Campos

Orientadora: Prof. Dra. Andréa de Souza Lobo

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andréa de Souza Lobo
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

Prof. Dra. Livia Dias Pinto Vitenti
Doutora pela Universidade de Montréal

Brasília
2016

Agradecimentos

Essa pesquisa foi fruto de uma trajetória longa e árdua. Ela não seria possível sem todo o apoio de amigos e parentes que tive durante a graduação. Por isso, agradeço, primeiramente, a todos que de maneira direta ou indireta estiveram presentes comigo ao longo de minha formação.

Digo obrigado a todos os meus amigos de longa data ou de pouca. Aqueles que talvez nunca cheguem a ler essas palavras. Em especial tenho que agradecer ao Lucas Faim, por suas conversas intermináveis sobre tudo que existe nesse mundo. Ao Rudah, companheiro de tantos anos, e ao Lucas Oliveira, que por um acaso do destino se forma no mesmo semestre e no mesmo curso que eu, assim como nossos pais fizeram a tantos anos atrás.

Agradeço também à minha família sanguínea e não sanguínea. A todos os irmãos e irmãs, tios e tias que também angariaram minha mãe Madalena como sua mãe/irmã! Uma mãe tão especial e que tenho certeza que me guiou a sempre querer entender a realidade a partir dos meus olhos, sempre o meu farol para todas as buscas acadêmicas que tive e tenho para o futuro. Gratidão profunda por todas as minhas irmãs (Marina, Luana, Luísa e Laura); todas minhas sobrinhas (Beatriz, Helena, Lia e Isabel). Agradeço também ao meu pai, Roberto, e a Mariza, ambos fundamentais nos meus interesses e nas minhas discussões. Nem mesmo a distância do globo inteiro foi capaz de impedir as suas contribuições pessoais e profissionais para esse momento!

Agradeço também aos amigos de todas as horas Thiago, Arthur, Raphael, Átila, Marina, Daniela, Daniel Mcmanus, Lucas Scartezini, Ravel Lazarini e Francly Reis (melhores vizinhos).

Agradeço muito todos que tive contato em campo, sem vocês nada disso teria sido possível. A serenidade desses trabalhadores é realmente contagiante e eles me inspiraram muito. Um agradecimento especial à Naiana que me acompanhou por vários momentos dessa jornada.

Eterna gratidão por todos que me acompanharam ao longo da formação na UnB, em especial a Revista Textos Graduados e seus membros Artur Guimarães e Gabriela Costa. Gratidão, em especial, à SOCIUS – empresa Jr. em Ciências Sociais e todos os

seus membros com os quais tive contato. Saibam que todos vocês de alguma maneira me ensinaram algo a mais sobre viver e pesquisar. Tenho certeza que fiz amizades duradouras nesta empresa, em especial Rodolfo, Bruna, Lucas Almeida, Lud e Matheus. Agradeço ainda mais a Bianca que me acompanhou em um ano de presidência da empresa, se tornando não uma amiga pela intimidade, mas por afinidade profunda.

E de forma significativa, a SOCIUS me fez conhecer minha companheira, Débora Fernandes, que, quase como uma coautora, é aquela que tenho toda a abertura pra falar anseios, assim como é ela quem escuta todos os meus devaneios sobre a vida. Nosso compartilhamento não só por meio do amor, mas também pelos anseios intelectuais que compartilhamos.

Agradeço também a sua família que me acolheu como se eu fosse um filho. À Elza e Amanda, que me acompanharam ao longo desta trajetória de vida meu profundo agradecimento. Aqui cabe ressaltar o compartilhamento que tive com todos vocês ao longo desse período difícil. E mais que todos, agradeço ao Gu, por tudo que me ensinou ao longo de sua vida. Saiba que esse trabalho é para além de uma homenagem a vida, uma homenagem a essa pessoa tão iluminada que tive oportunidade de conhecer. Como suas filhas falaram, tenho certeza que está em mais uma de suas aventuras por esse universo tão desconhecido, inclusive pode ter certeza que você está em todas as entrelinhas deste trabalho.

Resumo

O presente trabalho consiste em um ensaio etnográfico que busca compreender, de forma transversal, como se dá a ressignificação da morte a partir dos rituais. A pesquisa busca compreender como os trabalhadores da morte lidam com sua realidade cotidiana. Aliando a essa perspectiva dos interlocutores, a pesquisa contou com os efeitos rituais sofridos pelo pesquisador, para assim, compreender como os trabalhadores da morte promovem e ao mesmo tempo são afetados pelos rituais. Assim, a pesquisa compreende em entender a realidade das ressignificações rituais com base em três conceitos centrais, invisibilidade social, estigma e ritual. Portanto, o presente trabalho compreende uma pesquisa etnográfica sobre como são os rituais cotidianos da morte, a partir das perspectivas dos trabalhadores do IML, funerárias, cemitérios e laboratórios de anatomia, tanto quanto evidencia a vivência individual do pesquisador junto ao ritual funerário.

Palavras-chaves: Antropologia da Morte, ritual, Antropologia funeral, Trabalhadores da Morte, Estigma, Invisibilidade Social.

Abstract

This present work consists in a ethnographic research with people who work alongside death. Here I present my immersion in the lives of those who work in places surrounded by death, such as funerary, anatomical laboratory, governmental institutions which manage deceased and the Brasília city cemetery. Furthermore, the research has a pivotal occurrence that demands the author's participation in a funeral, leading to an entire new way of understanding death. These two experiences contemplate an argument that rituals are elaborated to apprehend death in a new concept and, therefore make it more reliable in our daily lives. From this point of view, this thesis central argument is to perceive the objective of the rituals through the perspective of those who work with death in their daily lives, compiling their experiences and explanations. Using an anthropology perspective of social invisibility, stigma and ritual, the argument explains that this factor influences their lives, understanding death in a more natural way as they promote rituals in their daily work with the social objective of understanding death in a specific way to integrate it in their routine.

Key-words: Anthropology of Death, ritual, Social Invisibility, Stigma, Dirty Work

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	6
Introdução	9
Capítulo 1 – O viver da morte	14
Projetos e a realidade de campo.....	16
Mudanças e experiências anteriores	22
Um atendente qualquer	26
A paixão por anatomia.....	29
Os acasos do Destino	35
Capítulo 2 – O processo da morte e suas passagens funerais	37
A apreensão	38
A preparação funerária	40
A morada dos mortos	42
O Funeral	45
O Velório	46
O sepultamento	52
Os trabalhadores do cemitério	53
Capítulo 3 – Os rituais de resignificação	56
Teorias sobre rituais.....	57
O “estado” da morte.....	61
Os rituais de transformação	70
Os rituais individuais	74
Considerações Finais	77
Bibliografia	80

Introdução

A presente pesquisa compreende um esforço de finalização de um curso de Antropologia. Como tal, a pesquisa é feita a partir de dados qualitativos oriundos de uma série de entrevistas e vivências. O tema aqui relatado é uma confluência de tópicos e dimensões consolidadas dentro das ciências sociais e da Antropologia. A pesquisa em si dialoga com uma perspectiva do campo da Antropologia da Morte, com um foco principalmente em pessoas que trabalham com a morte cotidianamente.

A presente pesquisa foi fruto de uma trajetória longa, composta por vários momentos diferentes que elaboraram o seu caminho de uma forma não linear. O projeto prévio tinha interesses bem diferentes dos resultados demonstrados ao longo dos capítulos seguintes. Porém, nem tudo do projeto foi descartado, já que em minha pesquisa está presente o esforço de observar como os interlocutores enxergam as instituições para as quais trabalham, mas em segundo plano, pois o foco se tornou as suas atividades e como elas são ordenadas. Toda a pesquisa foi feita em ambientes da cidade de Brasília, em específico no Plano Piloto. Sendo assim, visitei ambientes de uma Zona Central, rica e urbana da cidade de Brasília.

Um importante aspecto é demonstrar que elementos têm em comum em lugares tão distintos. O esforço desta pesquisa foi o de observar características similares no IML, em funerárias, no cemitério do Plano Piloto e em laboratórios de ensino em anatomia. O primeiro ponto que me fez selecionar tais locais é o mais óbvio, todos eles trabalham de alguma forma diretamente com a morte materializada.

Com isso, o esforço antropológico foi adentrar esses ambientes e perguntar a quem trabalha neles como é a sua realidade cotidiana. Como trabalham, o que fazem, qual é a organização do seu dia-a-dia, foram algumas das perguntas feitas nesses ambientes. Comecei assim, buscando compreender como tais pessoas fazem e entendem seu trabalho. Com esses dados mais crus, iniciamos esta caminhada.

Denomino o capítulo 1 com o título “O viver da morte”. Este título sintetiza as contradições entre o senso comum e a realidade que observei em campo. Na verdade, não só o senso comum como até mesmo vários teóricos, ao focar nos trabalhadores da morte, ressaltam os aspectos de como a invisibilidade desses profissionais acarreta em problemas de saúde, principalmente mentais. Porém, minha experiência junto aos meus

interlocutores me fez ver muito mais o lado de compromisso e dedicação junto a esses trabalhos, os transformando em outras atividades qualquer.

Apesar das colocações de meus interlocutores ressaltarem como eles fazem e inclusive gostam do seu trabalho, é impossível não observar que em algum momento a morte aparece enquanto algo difícil de lidar. Por mais que não falem que há uma invisibilidade ou estigma, as práticas e a maneira como se colocam em alguns espaços evidenciam que essas duas categorias estão presentes.

Com isso, no primeiro capítulo coloco em uma ordem muito linear como foi o andamento da pesquisa, procurando principalmente mostrar todos os espaços visitados ao longo de meu campo. Meu objetivo é apresentar tanto o caminho no qual a pesquisa se desenvolveu assim como apresentar o leitor aos meus interlocutores.

Um capítulo com este teor se fez necessário para apresentar o campo propriamente, trazendo uma primeira apresentação a este campo, já que não são espaços normalmente conhecidos. Tal capítulo tem importância por demonstrar a prática metodológica do trabalho, assim como deseja quebrar as noções de senso comum que por vezes temos dos ambientes permeados pela morte.

As pessoas que conheci ao longo desta trajetória são pessoas comuns. Refiro-me à maioria de meus interlocutores somente com seus cargos ou como as pessoas presentes naquele ambiente. Não indico nomes pela descrição exigida por eles, assim coloco várias experiências e até mesmo mais de um interlocutor enquanto um só ao longo da narrativa, de maneira que meus interlocutores são um conjunto de pessoas, e não só um indivíduo. Somente uma interlocutora ganha um espaço privilegiado dentro de minha pesquisa, a Naiana. A minha proximidade com ela torna suas falas muito mais presentes e longas ao longo de meu trabalho, um reflexo do maior tempo que tive com ela em conversas sobre os temas dos trabalhos que ela já teve em sua experiência de vida. Enquanto os outros interlocutores foram relacionamentos de dias ou meses, a Naiana já conheço a anos, sendo impossível não dar mais espaço para suas falas.

O primeiro capítulo é também aquele no qual retomo um pouco os autores de metodologia, pois em determinado momento de minha pesquisa um evento fatídico mudou todo o andamento. O meu sogro veio a falecer de maneira repentina e próxima ao final de meu campo. Com o tema e os lugares que visitei, esta morte próxima me trouxe um novo olhar sobre meu campo. Fui afetado profundamente não só pelo fato

ocorrido, mas por retornar aos lugares antes visitados, mas agora sob uma nova perspectiva.

Com este fato, finalizo o primeiro capítulo colocando como a experiência junto à morte me permitiu ver possibilidades em campo que não foram possíveis antes. Vivenciando os rituais fúnebres e sentindo o luto, foi possível perceber quão profundamente essas sociabilidades afetam o indivíduo, assim como observar quão importantes elas são em uma resignificação da realidade vivida.

Início o Capítulo 2 fazendo uma descrição densa (GEERTZ, 1989) sobre todo o meu processo dentro do ritual funerário. Este capítulo é uma transição, um espaço que me permito sentir os efeitos do ritual, assim como revejo vários dos ambientes por mim antes visitados, agora com novas possibilidades.

Este capítulo é mais introspectivo e descreve profundamente as emoções e os rituais que vivi. Minha singularidade enquanto pesquisador vem do fato de eu ser o companheiro da filha mais velha da pessoa velada, isso me permitiu acompanhar o processo em um espaço privilegiado de namorado da filha mais velha do falecido, tendo assim proximidade com toda a família envolta na situação.

Pelo caráter das emoções, tento rever os conceitos do lugar do cemitério a partir principalmente da perspectiva da geografia humanista. Os efeitos fenomenológicos compactuam de maneira sólida com os efeitos promovidos pelo ritual, logo, essa análise vem em paralelo, ao mesmo tempo em que se descreve e vive a resignificação promovida pelo ritual, o lugar toma novas perspectivas de vivência. Assim, a presença de uma discussão profunda do lugar é fundamental para entender os efeitos do ritual.

Este é um capítulo denso nas experiências, tocando, de forma significativa, o tema do luto, tanto junto a significação do cemitério quanto na vivência profunda do ao longo do ritual funerário. A partir desta experiência, ao ser afetado pelo ritual, percebi sua força. Essa percepção foi tão profunda que revi todo meu campo dentro dessa força que o ritual tem de modificar as concepções sobre a realidade. Passei, assim, a ver os outros possíveis rituais com os quais tive contato e que antes talvez não observasse dentro de uma lógica de resignificação tão intensa.

Assim, traço os argumentos do terceiro e último capítulo, retomando todas as minhas experiências e ressaltando os rituais envolvidos nas falas e práticas cotidianas dos meus interlocutores. Chego, então, às conclusões do raciocínio, a partir do qual

observo como são feitos os rituais nos ambientes que tive contato e procuro observar a sua força de resignificação para lidar da melhor maneira possível com a morte.

Desta forma, o capítulo 3 consiste naquele mais denso em termos teóricos, pois é nele que traço o cerne do argumento vivenciado no funeral, o ritual como ferramenta social para lidar com algo muito poderoso, perigoso e incontrolável. (DOUGLAS, 2012).

Assim sendo, o capítulo consiste em três partes fundamentais. A primeira é aquela que trago a bibliografia que utilizo para entender o ritual. Por vivenciar ao longo de minha pesquisa espaços muito diferentes entre si, preciso ter um argumento conciso sobre ritual que seja transversal para analisar todos os espaços sob o mesmo olhar. Logo, retomo nesta primeira parte do capítulo autores clássicos da antropologia dos rituais e acrescento aspectos contemporâneos para expandir essa categoria e abarcar as realidades de meu campo.

No segundo momento do capítulo, retomo as minhas jornadas burocráticas de campo analisando-as enquanto formas de ritual que transformam a morte física em uma morte documental, resignificando a morte em uma lógica racional-legal do Estado. Para isso, retomo a discussão de como o Estado tem um modo de linguagem burocrática que permite essa transformação de significados.

O terceiro momento do capítulo é a descrição comparativa entre o ritual do IML e laboratórios de anatomia para a “descaracterização” do corpo em contraste com a funerária em seu ritual para tornar o corpo vivo, que denomino “avivamento”. Sustento que ambos têm o mesmo sentido, negar a mortalidade do corpo, tornando ele por um lado irreconhecível e por outro o colocando da maneira mais próxima da vida passada possível. Duas atitudes que ao primeiro olhar são opostas, mas seguem uma mesma lógica de funcionamento.

A última parte do capítulo compreende em um resumo do meu argumento, entendendo que todos esses rituais, por mais diferentes que sejam, atingem um objetivo em comum. Fazem-nos significar e entender a morte de uma outra maneira, nos permitindo lidar com ela. No fundo, os rituais nos fazem refletir sobre a morte, retirando assim grande parte de sua força negativa, nos fazendo entendê-la com um processo natural, que inevitavelmente gera a dor do luto, mas ainda assim necessária para a vida.

Enfim, o campo da Antropologia da Morte se mostra vasto para aqueles que se dispõem a pesquisá-lo. Aqui, dou mais ênfase em uma análise ritual, tendo em vista experiências de vidas inteiras de trabalhadores da morte, assim como vivências intensas por parte do pesquisador. De toda forma acredito que a morte sempre nos surpreende, já que quanto mais falamos dela, mais entendemos sobre a vida.

Capítulo 1 – O viver da morte

Um trabalho de conclusão de curso é sempre marcante para um aluno de graduação pelo seu aspecto de finitude. A morte tem aspecto similar, ela é o fim da vida. Nesse trabalho, portanto, além do encerramento de uma jornada na UnB, busco compreender as pessoas que lidam com a morte em seu cotidiano. Trazendo uma visão de que a morte não é somente o fim, mas também o surgimento de uma nova significação por meio dos profissionais que ganham seu sustento de vida em relação com a morte:

Essa [...] sociedade industrial não tem lugar para os mortos: são seres que não produzem, não consomem, não respondem aos seus condicionantes: não competem, não correm, não ligam para o tempo nem para o dinheiro. Os mortos são marginais do sistema e a nos lembrar que, por mais que nos empenhemos no processo competitivo de luta por ter, possuir, vencer, um dia seremos um marginal, um despojado. Não há como não encarar nossa projeção nesse “não ter”; só há que negá-la. (Santos, 1998 *apud* Barros e Silva, 2004, p. 331).

Os funcionários que trabalham com a morte são o oposto desta colocação. São pessoas como quaisquer outras e cujo sustento de vida vem diretamente da atividade laboral ligada à morte. Nesse capítulo, desejo mostrar o lado no qual a morte ainda produz. Ressignificando constantemente não só qual o desenvolvimento que a morte têm em termos sociais, mas também quebrando estigmas e tabus que diversas profissões possuem por trabalharem com esse tema. Mostrando que diferente do que muito se acredita essas pessoas que trabalham com a morte não são tristes e deprimidas, mas veem beleza e uma profunda dignidade em seu trabalho.

Procurou compreender neste tópico o estigma em dois momentos. O primeiro é o de como os profissionais ligados à morte se autodeterminam; Eles se sentem estigmatizados? No segundo momento procurou perceber se trabalhar com a morte faz com que estes profissionais se sintam inferiorizados de alguma maneira, procurando ver até qual ponto a citação a seguir conflui com meu campo.

São atividades cuja natureza implica contato com conteúdos repugnantes, dejetos e/ou cadáveres e impregnam o sujeito e a sua atividade com significados estigmatizantes, podendo levar o trabalhador a incorporar-se e a identificar-se com esses conteúdos. Tais trabalhos podem significar, para os sujeitos que neles estão inseridos, um lugar de pouca realização profissional, impossibilitando-os de se reconhecerem nessa atividade e de serem, por meio dela, reconhecidos socialmente. (BARROS e SILVA BARROS; 2004, 319).

Procurou aqui também ressaltar as diferenças que acontecem entre o estigma e a invisibilidade social. Por vezes tais conceitos se confundem, e busco aqui mostrar como

alguns momentos essas duas características devem ser observadas separadas, por mais que sejam parecidas entre si.

No presente capítulo, trago os lugares que visitei junto das pessoas com as quais conversei e convivi nesses últimos meses de pesquisa. Proponho, aqui, apresentar esta realidade que normalmente evitamos olhar, por meio da apresentação do meu campo: seus personagens e cenários. O foco é o cotidiano dos meus interlocutores, observando suas percepções sobre seus trabalhos e os ambientes nos quais se inserem.

Um capítulo desse teor se faz fundamental por dois motivos principais, o primeiro é o de expor ao leitor os ambientes vividos e as motivações de pesquisa; o segundo, mostrar os acertos e erros em campo para que futuros trabalhos nesses lugares tenham mais referenciais sobre como adentrar da maneira mais adequada¹.

Antes de dar seguimento a este capítulo, também é importante perceber a dimensão dos trabalhos por mim observados serem tidos dentro do conceito de “trabalho sujo” (HUGHES, 1993). Conceito este que demonstra como socialmente há uma divisão moral entre trabalhos prestigiosos e desprestigiados. O trabalho junto à morte é muito observado dentro de um âmbito desprestigiado, pois trabalha diretamente junto ao corpo de uma pessoa falecida. Não colocarei em evidência propriamente este conceito, porém ele está presente enquanto ferramenta metodológica tanto de campo quanto de escrita, pois ele é fundamental para se entender as contradições de meus interlocutores; como exemplo, as diferenças entre o que eles falam que fazem e o que eles realmente executam.

Apesar dos relatos serem fieis à ordem que se deu a pesquisa, eles não são eventos únicos como o texto está redigido. Em cada ambiente, passei por diferentes períodos de campo, e realizei mais de uma visita. Para deixar o texto mais fluído, porém, decidi tornar todas as visitas em uma descrição de campo unificada. Sendo assim, os relatos a seguir são um conjunto de informações obtidas do ambiente visitado em uma narrativa condensada. Com isso em mente, quando chamo alguém de “interlocutor” nem sempre foi uma única pessoa falando sobre suas experiências, mas um conjunto de pessoas do mesmo cargo com experiências similares. Esse “interlocutor” é ao mesmo tempo singular e plural, assim como os lugares aqui reportados (BIONDI, 2010).

¹ Principalmente de uma perspectiva das ciências sociais, já que as maiorias dos trabalhos a respeito são no campo de psicologia ou ciências médicas.

Portanto o capítulo está organizado para melhor se entender como este trabalho de conclusão de curso foi concebido. Retomando o projeto prévio, e mostrando como as dificuldades de campo modificaram os caminhos da pesquisa, transformando assim profundamente tanto a população estudada, quanto as perguntas antropológicas provenientes do campo. Essas mudanças permitiram novas experiências em lugares não antes pensados enquanto ambientes de pesquisa. Deste modo, os ambientes que frequentei são diferentes entre si em termos organizacionais e de pessoas, entretanto, mantém relação com uma mesma temática, a morte, fazendo assim a pergunta antropológica deste capítulo ser fundamentalmente “Quem são as pessoas e como elas trabalham em relação à morte?”.

Projetos e a realidade de campo

O primeiro esboço de um trabalho é sempre o projeto de pesquisa. Nele, imaginamos o que pretendemos fazer de maneira bem linear, o que raramente acontece. Entretanto, apesar de as mudanças estarem no horizonte de qualquer projeto, nunca imaginei o quanto os caminhos da pesquisa tomariam outros percursos desde a primeira vez que escrevi o projeto deste trabalho.

Meu primeiro interesse com o campo relacionado à morte foi anterior ao projeto, porém, as experiências do primeiro contato não foram satisfatórias pelo pouco tempo que tive para campo. Com isso, pensei na possibilidade de aprofundar em um campo junto à morte. O segundo interesse que me afetou, foi o de realizar uma análise institucional de algum ambiente. Aliando tais vontades, elaborei uma maneira de estudar a morte junto à análise institucional.

O conceito de morte que utilizarei é o processo de tornar-se o oposto ao ser, um ‘outro’ absoluto, concepção observada de acordo com Jankélévitch, citado por José Carlos Rodrigues, em seu livro *tabu da Morte*:

Morrer não é tornar-se outro, mas vir a ser nada ou, o que quer dizer o mesmo transformar-se em absolutamente outro, porque, se o relativamente outro é ainda uma maneira de ser, o absolutamente outro que é o contraditório do mesmo, se comporta em relação a este como o não-ser em relação ao ser (RODRIGUES,1983: 17, 18).

Dentro do aspecto da Antropologia Institucional, me baseio principalmente em uma perspectiva dialética entre as noções de Goffman (1999) e Douglas (1986) bem descrita por Carla Teixeira e Andréa Lobo *et al*, (2015):

a categoria instituição remete, por um lado, a uma forma de organização, ou seja, a um conjunto de procedimentos e relações localizadas espacialmente e voltados para determinado fim. Desta perspectiva, confunde-se com estabelecimentos sociais (edificações, salas etc.) em que ocorrem atividades de determinado tipo (Goffman 1999). Contudo, a existência de uma instituição como organização requer certo compartilhar de normas, valores e padrões de compreensão do mundo entre os que dela fazem parte, bem como com relação ao ambiente maior em que se insere – sem que tal conformidade mínima evoque qualquer ideal igualitário e democrático (Douglas 1986). Assim, processos sociais localizados e processos cognitivos e morais abrangentes são ambos constitutivos do que neste projeto denominamos instituição. (TEIXEIRA, LOBO *et al*, 2015, p. 3)

Ao longo da pesquisa, portanto, procurei instituições que estão em contato direto com a morte, sendo as que mais sofrem os preconceitos e tabus sociais. Elas que lidam com o impuro e indesejável. Demonstrados amplamente nas mídias de comunicação (filmes, série, novelas, jogos e etc.), cemitérios, necrotérios e setores de autópsia são retratados a partir de um conjunto depreciativo de significados. São retratados como sujeitos, frios, tristes, doentes. Características que, em muitos casos, se estendem no imaginário dos funcionários destes lugares. Meu interesse de pesquisa foi de entrevistar e conviver com os funcionários desses espaços estigmatizados para sair dos conceitos comuns e observar quem eles realmente são.

No projeto prévio de pesquisa tinha como objetivo analisar as organizações institucionais de maneira mais profunda em uma observação mais participativa. Com isso, no primeiro momento tinha como objeto uma análise antropológica institucional do Instituto de Medicina Legal (com sigla: IML), entendendo-o como espaço que melhor alia o aspecto institucional com a noção de morte. Em especial junto aos funcionários ligados ao Setor de Necropsia, Médicos Legais e técnicos em Anatomia.

Os interesses iniciais, contudo, foram revistos ao longo do trabalho de campo. A entrada em uma instituição como o IML se provou burocrática. Parte dessa burocracia decorreu em função de uma entrada insatisfatória em campo por ambas as partes, tanto minha quanto da instituição.

Para acessar o IML fiz um pedido junto à ouvidoria, que foi transferido para o Núcleo de pesquisa do IML (que chamarei somente de NEP). Isso causou grande lentidão no processo, pois era necessário que o pedido da Ouvidoria fosse enviado à central de polícia Técnica, e depois para a Portaria do Instituto Médico Legal, e somente após esse processo, entrar em contato com o NEP. Desta forma, o procedimento como um todo foi lento, o que não favorece o percurso de uma pesquisa.

Percebi de maneira nítida no IML que a comunicação sofria pelo extenso caminho administrativo percorrido. Não posso aqui afirmar com propriedade que a lentidão seria fruto da burocracia², mas com total certeza meus interlocutores diziam que isso se devia mais ao meu erro de entrar com o pedido na Ouvidoria: “A Ouvidoria é pra quem quer falar mal da polícia Civil! Para pesquisas era para se ter procurado diretamente nosso contato. Mas agora que foi feito por lá toda a conversa da gente com você, tem que passar por eles”.

Apesar da demora, entrei no IML. Não diretamente para minha pesquisa, mas para algumas reuniões e visitas. Assim como outros autores relatam (ALDÉ, 2003), o cheiro³ foi a primeira coisa que percebi ao chegar ao IML. Na entrada, logo após a recepção, vi um refrigerador com “amostras de DNA”, de imediato me mostrando onde entrei. Num primeiro momento, senti angústia em relação a estar de frente com tais amostras, porém percebi que estavam em uma geladeira comum, percebendo que não era algo tão distante da minha realidade, era um refrigerador com um conteúdo diferente.

O corredor principal é bem amplo, tudo muito branco, e um aspecto de azulejo um pouco antigo. O interlocutor me pergunta se já havia estado no IML, digo que não e então sou introduzido aos lugares: “A direita é onde o ‘rabcão’ deixa os corpos, aqui a esquerda é a ‘antropologia forense’, minha sala fica logo à frente... E aqui...” Não precisou terminar a frase e eu sabia qual sala era: A sala de necropsia. Na sala me deparei com as pernas estiradas de um cadáver. Eu sabia que cedo ou tarde iria visitar uma sala similar a essa. Pensava na época que seria no próprio IML, porém, vi meu primeiro cadáver em um funeral. Do lado oposto vejo o rabcão entrando, e dele retiram um corpo com pano azul.

Percebi as faces serenas e calmas, brincadeiras sutis e sorrisos curtos das pessoas que trabalhavam na limpeza, vestidas sempre de preto e, em sua maioria, mulheres negras. Evitavam olhar para os corpos e as salas, se concentrando apenas em seu trabalho e na sociabilidade com os pares. Quem estava junto aos cadáveres possuía um

² Irei retomar uma análise mais profunda sobre a burocracia no segundo capítulo.

³ Apesar de o cheiro ser ruim e da carga simbólica do lugar, eu senti fome. Não sei se tem alguma relação, mas foi uma sensação idêntica a que senti, algum tempo depois, com o cheiro de enxofre. Não senti medo, nem ao menos ensaiei uma reação de vômito ou algo parecido. No meu primeiro contato direto com o IML, tive uma reação natural e diária, senti fome.

olhar vazio, focado na realização da tarefa. No manuseio dos corpos, havia homens e mulheres dispostas ao serviço. Já as recepcionistas, pareciam entediadas.

Chegamos, eu e meu interlocutor, à sala do Núcleo pesquisa do IML. O espaço tinha aspecto de ser uma sala antiga. Neste local, falamos sobre meu projeto de pesquisa, que no caso era uma proposta de pesquisa profunda junto ao Setor de Necropsia do IML. Fico satisfeito em escutar que apesar das minhas principais referências serem de trabalhos de anos atrás, não havia tanta diferença do relatado em meu projeto de como a instituição se encontra no presente, algo que demonstrou que o projeto estava bem estruturado para entender a realidade de meu campo. A principal diferença comentada foi que o nome de “auxiliar em necropsia” (utilizado em meu projeto) é o nome popular, o correto é “técnico em anatomia”.

Meu interlocutor ficou impressionado com a calma que apresentei naquele ambiente, pois “normalmente as pessoas não se sentem confortáveis aqui”. Neste momento, percebi que a pesquisa prévia me preparou para o campo. Acredito que minha calma foi proveniente dos muitos relatos lidos sobre de como era o ambiente e suas pessoas. O local já era de certa forma familiar por mim. Ir ao local é muito diferente de ler sobre ele, mas certamente as leituras prévias me ajudaram. Outra possibilidade que tracei foi o fato de eu não ter nenhuma religião, por isso, não possuía um conceito de aspecto moral que o pensamento religioso pode trazer da morte⁴.

Não compartilhei de alguma maneira o conjunto de “perigos” da morte. Não possuía ainda nitidamente os símbolos de poluição do local. Traduzindo com as concepções de Douglas (2012, pg. 49), “nossas ideias de sujeira também expressam sistemas simbólicos e que a diferença entre o comportamento da poluição [...] é somente uma questão de detalhe”. Logo, não compartilhava ainda o conjunto simbólico das noções de poluição daquele espaço.

Neste encontro, a única requisição de meu interlocutor foi construir e apresentar um roteiro de entrevista, por mais que eu não o utilizasse “precisa para ganhar aval da direção do IML mesmo, só para saber o que você quer perguntar”. Fiz o roteiro e enviei, porém, houve descontinuidade no trâmite do processo junto ao IML pelas férias de alguns servidores, o que interrompeu a pesquisa. Depois de um longo período, obtive resposta para refazer algumas perguntas, que tratavam de temas delicados, segundo a

⁴ Cabe ressaltar que apesar da falta de religião nossa sociedade tem uma cultura profundamente moldada a partir da lógica cristã, sendo impossível um afastamento completo dessa perspectiva.

perspectiva da instituição. Percebi, mais uma vez, os efeitos do poder conferidos às instituições em controlar as informações permitidas para a publicação. No roteiro que apresentei, algumas perguntas eram “muito pessoais”, enquanto outras, “delicadas para a corporação policial”. Alterei as perguntas e encaminhei novamente. Sem respostas imediatas, liguei. Descobri assim que houve mudanças estruturais e que o NEP estava com um novo coordenador, assim como o IML estava com nova Diretoria.

A impossibilidade de seguimento do campo reflete uma característica presente nos serviços, e, portanto das instituições públicas brasileiras: a falta de continuidade das pautas dos gestores, denotado pelo conceito de “descontinuidade administrativa”:

A expressão ‘continuidade e descontinuidade administrativa’ refere-se aos dilemas, práticas e contradições que surgem na administração Pública, Direta e Indireta, a cada mudança de governo e a cada troca de dirigentes. Como fenômeno, manifesta-se pelas consequências organizacionais de preencher um sem número de cargos de confiança, explícita ou implicitamente disponíveis para distribuição no interior das organizações públicas (SPINK, 1987, p. 57).

Apesar da descontinuidade das lideranças, busquei seguir com o trabalho, porém, tanto o projeto quanto a comunicação foram perdidos. Entrei em contato com um novo interlocutor, que se mostrou mais solícito, tendo maior proximidade com pesquisas. No princípio demonstrou preocupação com vários aspectos da pesquisa. Por um lado achei positivo, porque aparentava entusiasmo em me acompanhar, levando adiante a pesquisa. Todavia, percebi que ele não tinha lido o projeto e suas expectativas eram distantes do que eu havia planejado. “Eu quero utilizar da sua pesquisa como prova de que a UnB pode sim ajudar o IML. Quero mostrar sua pesquisa como base para mostrar que a Universidade precisa de mais espaço para estudar o IML! Quero aproximar novamente, não só para as áreas da saúde, mas também para as outras áreas.”

O contato com o novo interlocutor fica mais restrito ao telefone, mas foi possível ter acesso a relatos interessantes, como: “A ética no trabalho do IML é importantíssima. Porque aqui, às vezes, no IML se descobre coisas não esperadas. Por exemplo, fazemos exame de DNA para saber a identidade da pessoa, e, às vezes, nisso descobrimos que algumas pessoas não são irmãs uma das outras, ou que o filho não é daquele que se diz pai, e aí? O que fazer nesses casos? Eles acontecem bastante. Por isso, o IML tem um termo de confidencialidade para não influenciar em assuntos que não sejam da ordem de investigação de necropsia. Ficamos com essas informações retidas conosco, por isso precisa se ter a burocracia para pesquisar aqui”. Essa fala ilustra o papel positivo da

burocracia observada por ele. Assim como os aspectos de ética de investigação da polícia que precisam ser seguidos. Duas informações interessantes de se observar, pois esse foi o único momento que se definiu dentro de uma esfera policial.

Algo por mim apreendido foi a fala: “Eu estou pronto a encarar os seus dados, qualquer um que eles sejam. Acho fundamental ter o menor número de prejuízos em sua pesquisa”. Além disso, se mostrou bem solícito em advogar a meu favor para a diretoria do IML, assim como auxiliar em algum dado que fosse difícil em relatar, como vícios ou distúrbios psicológicos do trabalho (alcoolismo e depressão, problemas comuns de acordo com meu interlocutor)⁵.

Mesmo com fluidez nas conversas e o interesse demonstrado pelo seguimento da pesquisa, a descontinuidade administrativa fez meu projeto se perder. Reenviei meu projeto de pesquisa junto ao roteiro de entrevista diretamente para o NEP assim como para o e-mail da direção do IML, mas não obtive resposta. Desse modo, o canal de diálogo com esta instituição foi rompido por completo, me forçando a procurar outro caminho de pesquisa.

Uma de minhas buscas era entender os estigmas que envolvem os funcionários do IML, já que a instituição é vinculada a polícia Civil e à morte. Ou seja, são duas identidades passíveis de serem estigmatizadas, por ser um conjunto de relações sociais que desviam do padrão de identidades aceitáveis. "A manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade" (GOFFMAN, 1982, p. 141). Ser policial pode ser uma característica estigmatizante, tanto quanto o trabalho junto a cadáveres, formando assim um conjunto passível de “Duplo-estigma” (ALDÉ, 2003).

“O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles. No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações.” (GOFFMAN, 1982, p. 14 – grifos no original).

O estigma é assim uma característica de identidade social, é o reconhecimento de características aparentes ou não desviantes dos padrões e que devem ser evitadas. Esse ponto é fundamental, as características estigmatizantes excluem o indivíduo por

⁵ Também citado nas análises de Barros e Barros e Silva, 2006.

sua identidade que não se enquadra dentro da perspectiva social vigente. Ele é um padrão identitário social consolidado para promover um tipo de invisibilidade social de uma característica perigosa ao padrão social. Essa diferença deve ser sempre observada com cuidado, já que por vezes se confundem. Em suma, a pessoa estigmatizada muitas vezes reconhece a característica de identidade que a coloca naquela situação, já a pessoa que é invisível socialmente é colocada nessa situação a partir de determinadas características transitórias.

Em nenhum período da minha convivência foi colocado por meus interlocutores de maneira negativa o trabalho junto à morte, nem junto à polícia. Podemos ver, todavia, que ao se perguntar sobre estes estigmas policiais, gera-se um incômodo, já que em meu roteiro, o questionamento sobre a opinião dos funcionários sobre a vinculação policial do IML foi vetado.

Percebemos que o campo e suas dificuldades moldam as decisões de pesquisa. Pela dificuldade e longo período de espera para aprovação de adentrar a instituição, decidi, junto com minha orientadora, expandir o campo. Ao invés de só ficar com minhas observações do IML, decidi buscar mais profissionais que lidam com a morte, trançando, dessa forma, novos campos, tais como cemitérios, funerárias e laboratórios de anatomia.

Mudanças e experiências anteriores

Após essas escolhas de pesquisa, voltei meus esforços para recapitular antigas experiências e retomar antigas amizades. Lidei com profissionais da morte quando visitei o cemitério do Plano Piloto durante algumas semanas. Essas experiências resultaram na construção de um breve ensaio etnográfico. Irei neste tópico rever estas minhas primeiras impressões do cemitério.

Minhas motivações de pesquisa daquele período são similares as que originaram este trabalho de Conclusão de Curso. Nessa primeira vivência no cemitério, apesar de incipiente, procurei também entender como os próprios funcionários do cemitério entendem o seu cotidiano e como eles significam o lugar onde trabalham. Estas vivências não foram as únicas visitas feitas por mim ao cemitério, voltei a esse espaço com olhar mais para os rituais fúnebres. Meu primeiro passo dentro da temática da morte foi no cemitério do Plano Piloto, que, como um ciclo, se encerrou nesse mesmo ambiente, mas com um novo olhar.

Na primeira vivência no cemitério, eu não tinha nenhuma experiência com a morte. Nenhum parente próximo ou amigos haviam falecido, por isso, não sabia o que sentir e como entender o processo de uma dor profunda. Essa ausência de experiência proporcionava um distanciamento, já que nunca significuei o cemitério a partir de noções negativas de perda. Nunca havia participado de um ritual fúnebre e, portanto, escolhi nesse período não observar tais cerimônias pela falta de proximidade com meus interesses de pesquisa. As primeiras observações focaram sobre o espaço do cemitério e na percepção de seus funcionários.

Indo ao cemitério pela primeira vez, percebi um mapa próximo à entrada, que mostrava seu formato de caracol, separado por conjuntos e quadras, levando em consideração a mesma lógica da cidade na qual esse cemitério se encontra, a cidade de Brasília. Essa consonância é observada de maneira muito consistente na colocação:

“Não é singular que a configuração das cidades se pareça tanto com a dos cemitérios? A ordenação de uma e de outra obedece ao mesmo enquadramento geométrico e a repartição dos elementos responde a questões similares. Habitat individual e coletivo, ruas, avenidas, praças onde a circulação é regulamentada, bairros aristocráticos ou populares, lugares de descarga, cartazes e tabuletas, tudo isso se encontra nas aglomerações dos vivos e dos mortos, em escalas variáveis segundo suas populações. Mesmo os grandes cemitérios, como as grandes metrópoles, têm seus arranha-céus, suas “torres de silêncio”, ou as terão, para conciliar o crescimento do número e a penúria do espaço; e têm frequentemente seus fornos crematórios, equipados como as usinas modernas...” (THOMAS apud RODRIGUES 1983:241).

Outro aspecto que logo se percebe no cemitério é a cerca que divide o espaço reservado às capelas, administração, estacionamentos, lanchonete e floricultura dos jazigos. Não consegui obter dos funcionários uma explicação para essa separação, mas em minha concepção, fica claro que ela separa os espaços rituais vivos, para os rituais e ambientes dos mortos. A cerca delimita principalmente o espaço de compra do jazigo e o velório, feitos no interior da cerca, enquanto o sepultamento e visitas às pessoas falecidas são feitas no exterior desta.⁶

A administração me informou que eu poderia conversar com os funcionários, mas não relatar algo que pudesse comprometer a instituição. Com isso, procurei

⁶ Nos próximos capítulos irei retomar esse aspecto do lugar, por entender sua função ritual, por enquanto, como minha análise neste capítulo se detém mais das visões dos trabalhadores.

funcionários que pudessem conversar comigo sobre suas vidas, cotidiano de trabalho e como viam aquele ambiente. Não havia, nesse momento, interesse institucional.⁷

Fui para o centro do cemitério, próximo à praça central. Percebi por lá vários túmulos muito bem cuidados, e descobri que ali era a zona mais antiga e cara do cemitério. No geral, achei o local bonito e bem cuidado, mas não via uma alma viva que pudesse me esclarecer sobre este lugar. Sentei-me na praça e observei o ambiente. Quando levantei a cabeça do meu caderno de anotações, vi um senhor com mais idade e trajando a roupa dos funcionários do Campo da Esperança. Ele me perguntou “Você está perdido?”, respondi: “De certa maneira sim. Gostaria de saber mais como é trabalhar por aqui, poderia te acompanhar para isso?”. Num primeiro momento se mostra reticente, mas acha curioso. “Bom, pode... Mas não sei o que teria para ver”.

Ele me disse que trabalhava ali pela calma do lugar, para mantê-lo bonito. Falei que não via muitos funcionários por ali, “Somos muitos! Estamos sempre por aí! As pessoas não nos veem, parecem que tem medo. Você é na verdade a primeira em muito tempo que fala comigo”. Essa colocação para mim foi bastante significativa, pois evidencia o “homem-tabu”:

“Aos eternos companheiros da morte jardineiros, lavadores de túmulos e coveiros deste cemitério são, pois, impostos a invisibilidade e o silenciamento. O mesmo tabu que recai sobre a morte e os mortos incide sobre eles. Além de marginais, esses profissionais são também discriminados. Situam-se num espaço fronteiro: vivem da morte. Impuros e perigosos, são considerados socialmente inadequados. Em nome da higienização moderno-contemporânea, esses homens-tabus, assim como o lixo e os presos, devem ser expurgados do convívio social. Devem, portanto, permanecer fora da sociedade.” (QUINÁLIA SILVA, 2009: 246)

Perguntei-lhe se trabalhar ali já teria dado a ele alguma tristeza. Contou-me que não consegue nem mais participar de um enterro, pois era sempre uma sensação estranha, mas não de tristeza. “A única vez que fiquei triste mesmo na verdade foi num enterro de uma criança. Lembrei do meu filho e segurei muito o choro. Mas trabalho a muito tempo aqui, então, dei uma cansada de estar em enterro, é uma coisa muito forte”.

A questão da morte infantil é um ponto em comum entre todos que entrevistei. Para meus interlocutores, esta seria uma morte mais dolorida do que as outras porque

⁷ As análises sobre a instituição do cemitério do Plano Piloto vão vir mais explícitas em outras vivências junto ao cemitério descritas no Capítulo 2.

abarca outro significado: “o caminho natural é os pais morrerem primeiro que os filhos”, conforme me disseram interlocutores e demais pessoas que conversei.

A empresa que promove a manutenção do cemitério é privada, logo, os funcionários são “terceirizados”. Não procurei aprofundar sobre este vínculo por acreditar que exporia desnecessariamente a empresa. Porém, uma colocação de pesquisa é a de que os funcionários do cemitério podem se sentir estigmatizados sobre lógica similar do “Duplo-estigma” (ALDÉ, 2003). No caso do IML, os estigmas seriam o de policial⁸ e funcionários de anatomia, já no cemitério seria o de terceirizados e a manutenção dos jazigos. Apesar de não ter dados conclusivos em nenhum dos dois momentos (nem do IML nem do cemitério), estas são possíveis perguntas de pesquisa.

Além do estigma, é fundamental entendermos a invisibilidade desses sujeitos e como ela pode aparecer de maneira vinculada, mas não idêntica, aos aspectos estigmatizantes. É importante separar essas duas categorias, pois elas por vezes são confluentes, mas possuem fundamentos lógicos diferentes. A “invisibilidade social” é um conceito que retira do indivíduo sua singularidade, pois ela ocorre quando estamos em uma relação com o “outro” e não refletimos aquela pessoa enquanto indivíduo singular, somente observa-se seus estereótipos sociais (LAING, 1986). Esse processo se agrava ainda mais dentro de profissões que de alguma forma são desvalorizadas socialmente, como garis, porteiros e trabalhadores manuais. Outro ponto que vale ressaltar é como a utilização de uniformes reforça essa “invisibilidade social”, pois retira dessas pessoas uma característica da sociedade moderna, a demonstração do poder de consumo (CELEGUIM e ROESLER, 2009).

Neste caso, cabe uma reflexão sobre o uniforme dos funcionários do cemitério e como ele realmente reforça as características de invisibilidade. Mesmo sem querer, meu olhar no cemitério ficava preso nas árvores e em todo o verde natural que nele há. Quando eu afirmo que não vi ninguém durante um bom tempo no cemitério, pode ser pelo fato do uniforme dos trabalhadores ser da mesma cor da paisagem, verde. Por vezes, o próprio uniforme reforça as características para promover uma invisibilidade. Os uniformes serem verdes transformam mesmo que involuntariamente essas pessoas em seres invisíveis.

⁸ Teoria melhor evidenciada na página 20, quando é exposto o conceito de estigma.

Esse foi meu primeiro contato com o cemitério. Mesmo com as mudanças no planejamento de trabalho de campo, acreditava que teria somente essas informações no meu trabalho de pesquisa. Mas, o acaso me atingiu, o que gerou uma segunda visita e me propiciou uma vivência mais profunda sobre os rituais fúnebres no cemitério de Brasília, me dando novos olhares sobre esses funcionários⁹.

Um atendente qualquer

Tinha comigo que um bom lugar para conseguir uma entrevista seria uma funerária. Percebi em meu período de pesquisa que esse ambiente era para o qual fui menos preparado. Para o cemitério, tive uma pesquisa anterior e para o IML, fiz um projeto de pesquisa. A funerária veio como uma opção não previamente estabelecida. Fui com concepções muito básicas e genéricas ao seu encontro. De certa forma, isso foi engrandecedor em razão da novidade.

Num primeiro instante, me foi sugerido agendar horário com o dono da funerária. Percebi que não compreenderam muito bem qual era meu intuito, por isso, fui buscar contato na loja mais próxima. Fui recebido de maneira mais simples do que imaginava, e rapidamente entrei num diálogo frutífero com o atendente. Ao entrar na funerária percebi que a loja não era muito grande, e nem estava iluminada, dando aos caixões um aspecto ainda mais fúnebre. Mas, diferente do cheiro do IML e do silêncio do cemitério, a funerária parecia uma loja como outra qualquer.

Meu interlocutor se mostrou para além de amistoso, uma pessoa com grande conhecimento no ramo de funerárias. Teve seu primeiro emprego vinculado a uma funerária em 1982, com interrupção entre os anos de 1990 até 2014. Isso o deu uma visão temporal comparativa sobre o ramo e o trabalho, confiando a mim uma análise análoga sobre as percepções jurídicas que se tem em relação à prática das funerárias e demais aspectos que demonstrou conhecer.

O trabalho que ele faz é o de “atender as famílias e ‘agilizar’ os trâmites administrativos”. Para isso, existe um documento indispensável para iniciar o processo, o ‘DO’ (Declaração de Óbito, documento emitido pelo hospital ou órgão responsável pelo corpo). Após a entrega deste a funerária tem como serviço o fornecimento da urna, o processo de remoção, embalsamento, acondicionamento, ornamentação e por último o de registro de óbito junto ao cartório. O trabalho do atendente é basicamente pegar os

⁹ Experiência descrita no capítulo 2.

documentos em que a família autoriza os procedimentos requeridos para se fazer com o corpo, atendendo aos pedidos e interesses da família, indicando o preço pelos serviços prestados e produtos comprados. A burocracia, assim como no IML, é o que guia este processo, com aspectos estáticos de modo que podemos traçar um funeral¹⁰. Os documentos tem regulamentação junto a leis¹¹, algo que mudou nos anos de interrupção do seu trabalho: “mudou de lá, prá cá. Antes era menos burocrático, eu mesmo participava dos processos de embalsamento e acompanhava o técnico. Antigamente, nós mesmos podíamos nos responsabilizar pelas vísceras do processo. Hoje o ministério da saúde tem normas restritas. Obrigando as funerárias a terem uma clínica especializada com técnicos registrados para esse processo e empresas especializadas para incinerar os ‘rejeitos’ do processo de embalsamento”.

Falava isso com naturalidade, demonstrando que considera o trabalho como qualquer outro. Pergunto se existe alguma dificuldade em trabalhar nesse ambiente, e sou respondido com um efusivo “Nunca tive problema”, mas afirma que “precisa ter estômago para isso, alguns não tem, mas para mim o trabalho em funerária sempre foi normal como quaisquer outras experiências minhas”.

Tentei saber quais seriam as dificuldades de seus colegas de profissão, e fui prontamente respondido: “quem não aguenta não fica muito tempo, quem está aqui é muito profissional e comprometido”, e reforçou seu argumento indicando a solidez da instituição enquanto afirmação da competência: “A empresa é uma das maiores do DF, temos unidades na Asa Sul, em Planaltina e em vários lugares. Está no ramo há muito tempo e nosso chefe tem um comprometimento muito grande para que façamos tudo certo”. Aqui, ficou claro que meu interlocutor entende o “*espírito*” da instituição a qual serve (CASTRO, 1990). Atesta assim que a execução de seu trabalho consegue ter um respaldo institucional. Falando isso, quebra-se a ideia tabu de “uma funerária não ser um trabalho sério” (frase de meu interlocutor em determinado momento), mostrando a sua importância e de seus colegas.

O processo administrativo “de cima” não me foi relatado, portanto, não pude conhecer a estrutura administrativa da funerária. Mas tive acesso aos conhecimentos da “clínica central”, local onde tanto se encontram os técnicos administrativos da empresa quanto todo o contingente de técnicos em necropsia, maquiadores, “tanato”

¹⁰ Processo melhor detalhado no terceiro capítulo.

¹¹ Lei nº 13.261, de 22 de março de 2016.

(tanatopraxista, pessoa que “limpa” o corpo para deixá-lo em sua melhor aparência possível) e outros funcionários.

Os motoristas, por exemplo, são os que têm o contato mais direto com o corpo em seu estado “morto”. “Como o motorista que vai na casa, no hospital ou no IML, ele que tem contato, que carrega o corpo nesse estado. Ele tem mais acesso às famílias, acho que é uma pessoa que vê melhor essas tristezas. A gente normalmente não presta atenção nos motoristas”. Mostra-se a opinião do interlocutor sobre a invisibilidade dos funcionários da funerária, valorizando também suas informações como relevantes para as dinâmicas cotidianas.

Em relação ao cemitério, o contato e compra do jazigo não podem ser feitos pela funerária. “Eu (Atendente da funerária) ligo no ‘call center’ deles e pego uma senha para a família ir tratar, depois disso é com a família. Eles vão lá e verificam qual jazigo vão comprar, se é um de dois andares, eterno, ou se é simples, cova rasa, isso é com a família, é como se fosse comprar um imóvel! Não um que normalmente se quer, mas que tem que ter né (risos)”. O processo de compra do jazigo será descrito no Capítulo 2, porém, valem ressaltar as interligações entre funerárias, cemitérios, hospitais e IML. Todos esses ambientes trabalham cotidianamente com a morte, mas em muitos casos não interagem entre si diretamente, somente por meio de documentos e a partir de processos burocráticos. Nesse caso, a funerária é “proibida de fazer o trâmite com o cemitério”, como informado por meu interlocutor.

Essa interseção se dá pelo processo de que “qualquer corpo (morto) é propriedade e jurisdição da Polícia Federal”. Com isso, outra parte do trabalho da funerária é o de entrar com o pedido em cartório para a Certidão de Óbito. “Nosso trabalho é 24 horas. Tem que ter plantão, ir ao plantão do cartório e tudo. Às vezes quando a Bruxa tá solta precisa chamar técnico, buscar ele em casa, acordar ele de madrugada porque tá precisando de mais gente na clínica. Por isso tem que ser bem administrada, qualquer erro ou atraso pode deixar o serviço comprometido. Para a morte não tem hora. Deve ser assim também no IML”.

Outro ponto interessante é o de que a remoção e serviços da funerária não são limitados ao DF. Eles podem tanto retirar, quanto levar o corpo para outros estados, por traslados aéreos e rodoviários, e em ambos os casos devem ser autorizados por “delegados ou escrivão”. “Levar um corpo sem autorização é crime, então nesses casos a burocracia é um pouco maior, e mais demorada [...] o serviço aqui tem que sempre ser

rápido, quanto mais demora, mais o corpo se perde (deterioração) e isso é sempre um problema”. Mais uma vez aqui temos a figura da polícia enquanto responsável pelos mortos, inclusive pela Polícia Federal.

Ao longo dessa experiência, meu interlocutor mostrou saber muito, mesmo se dizendo “novato” na empresa. O conhecimento dele é o da prática do dia-a-dia, tanto do passado (quando participava de todas as etapas do processo, inclusive da parte clínica), assim como atualmente. Fui informado de todo o processo que é realizado com o corpo e até quais são as preocupações com os rituais promovidos pela funerária. Todos esses aspectos das vontades rituais são para melhor satisfação e celeridade para a família, principais objetivos destacados por meu interlocutor.¹²

A paixão por anatomia

A última vertente de minha pesquisa veio da pessoa que acompanhou meu interesse pela antropologia da morte desde seu princípio. Foram muitas conversas sobre o tema e muita troca de conhecimento. Minha interlocutora, para além de figura em meu campo, é também uma amiga.

Naiana é uma acunputurista, estudante de fisioterapia, com curso técnico em papiloscopia. Estagiou em períodos no IML e laboratórios de várias faculdades no Distrito Federal, totalizando oito anos intermitentes de profissão no ramo. Para centrar nossas convivências, realizei uma entrevista em profundidade sobre suas experiências. Ao longo deste trabalho ela será a única interlocutora identificada, pois autorizou utilização de seu nome, e isto significa para mim o meio de dar força à voz que me acompanhou durante todos os caminhos da pesquisa, tornando-a próxima do leitor.

A primeira experiência da Naiana com um corpo, relatada a mim, foi em uma funerária. Ao comentar de seu interesse por anatomia, um amigo a levou na funerária onde ele trabalhava. “Muito antes de fazer o curso, um amigo meu que fazia maquiagem me chamou e disse que tinha um corpo lá, eu fui e vi lá meu primeiro cadáver e tal. [...] Na primeira vez não tinha essa formalidade toda, talvez se tivesse toda essa formalidade eu teria me assustado mais. Quando tive minha primeira experiência no IML [...] tinha muita ‘zoaçãozinha’, brincadeirinha, falava-se muita besteira e aquilo ali quebrava, e eu acho que a intenção era até essa, quebrar o gelo, não é nem uma questão de desrespeito,

¹² Todos os caminhos da funerária serão analisados enquanto rituais, sendo retomado no Capítulo 3, assim como as funções da funerária nos rituais fúnebres, assunto do Capítulo 2.

todo mundo trabalhava com muito respeito, mas tornar o ambiente menos tenso mesmo, menos agressivo”.

Percebe-se, desde essa primeira experiência por ela contada, uma postura calma em relação aos corpos, tanto em seu primeiro contato com um corpo, como no IML. Como exemplo dessas “brincadeiras”, lembro-me de uma das primeiras histórias contadas por ela, uma “zoaçãozinha” feita com as pessoas novas no IML, vulgarmente conhecido como “trote”. No primeiro dia do corte, o “novato” era solicitado, “tenha muito cuidado porque se cortar uma artéria, vai dar hemorragia no corpo e o pênis vai se alongar muito! Então você vai ter de tirar o sangue de lá para continuar o trabalho”. A explicação fisiológica é que “ao chegar um corpo masculino, um dos primeiros efeitos pós-mortis é o de o sangue se dirigir para o pênis, alongando muito o membro, então por mais que a pessoa faça o trabalho certo, vai acontecer. Aí quando a gente falava isso para a pessoa, ela ia lá fazia certinho, mas o pênis se alongava e a gente fingia ‘Poxa, você cortou a artéria, hein? Agora vamos ter de trabalhar dobrado’. (risos) A pessoa ficava toda cabisbaixa, toda neurada, depois a gente falava que não tinha problema e que era natural. Mas era sempre engraçado ver a cara das pessoas de desespero (risos)”.

Esse tipo de “trote” expõe como o dia-a-dia destes trabalhos é como qualquer outro, com jocosidades feitas para quebrar com o cotidiano estressante das atividades laborais. Podemos ver também uma primeira desconstrução do tabu do IML enquanto um espaço frio e silencioso. Essas novas dinâmicas sociais revelam fatores de reconfiguração das representações sociais desses trabalhadores, retirando eles de um estereótipo comum, mostrando novos fatores de identidade por eles construídos.

“Reconhecer o caráter dialético da construção das subjetividades implica em evidenciar o espaço de atuação dos sujeitos na formação das próprias representações e sua consequente pluralidade. O “Outro Generalizado” atua como uma referência para o estabelecimento de semelhanças e diferenças entre o sujeito e o social, e nessa distância a subjetividade se constrói. Nesse sentido, notamos que, apesar de resultar na interiorização da realidade vivenciada pelos outros, essa internalização pode ser vista como um processo único para cada sujeito, na medida em que uma vez “assumido o mundo do outro”, a nível individual, este pode ser modificado ou até mesmo recriado” (BERGER; LUCKMANN, 2005 *apud* DINIZ, CARRIERI E BARROS, 2013).

Uma brincadeira como o trote tem como função primordial a de “quebrar o gelo”, permitindo uma nova construção subjetiva deste espaço diferente dos conceitos sociais caracterizados pelo tabu. Retomando a fala da Naiana, a brincadeira tem objetivo de “tornar o ambiente menos tenso, menos agressivo”, tem função ritual de amenizar a

agressividade da morte e seus tabus no sujeito, abrindo-se assim novas subjetividades. Essa nova significação pode ser vista nas falas e características da Naiana. Ela nunca se envergonhou em contar suas experiências, pois ela não tendo que se amedrontar.

Trago agora de forma mais densa a entrevista que tive com ela, começando com a pergunta, o que seria e o que faz um papiloscopista?

Naiana: Esse curso técnico (em papiloscopia), só te permite trabalhar como auxiliar dentro de laboratórios de legistas. [...] Papiloscopia é o preparo de corpos e cortes para estudo. Trabalhando sempre com peças, nunca com um corpo completo, sempre com um pedaço do corpo para se trabalhar. [...] Eu fiz esse curso não para estudar a papiloscopia, mas para estudar anatomia, aí lá sim, o curso, na época, era vinculado com o IML e os corpos que a gente trabalhava era de outra forma, mais para a parte da anatomia [...] O Auxiliar ele não faz cortes, ele faz o preparo dos cortes. È engraçado que na faculdade quando você está fazendo [...] aula de cortes, você aprende os cortes e tudo o mais, mas a legislação separou o técnico em necropsia e o papiloscopista. Tem a pessoas que prestou concurso para papiloscopia específico, é o médico-legal que faz esses cortes.

Pergunto então quando foi que ela começou com esse interesse específico em anatomia:

Naiana: Sempre gostei de acupuntura [...] e estudando acupuntura comecei a ter um senso crítico de que a maioria dos acunputuristas não tinham noção de anatomia. Como assim ele pega uma agulha grande e enfia num tornozelo sem saber que ali pode ter uma veia ou um nervo? [...] Então comecei a fazer o cursos (de papiloscopia), antes de começar o de fisioterapia, porque eu queria fazer curso de anatomia. Entender depalpação, fui fazer um curso de anatomia palpatória não foi o suficiente, e me apaixonei por anatomia, me amarro em anatomia, e aí queria ver anatomia por dentro. Uma coisa foi levando à outra. Nunca me apavorei, nunca me assustei sempre achei mais bonito do que aterrorizante.

O sentimento da Naiana em relação ao seu trabalho é de realização, indo contra o senso comum, mostrando que é possível sentir prazer trabalhando com corpos. Para entender a Naiana, devo compreender que ela tem sua realização profissional trabalhando

com anatomia. Diferencio-me assim das observações centradas nos efeitos negativos da profissão vistos em minhas referências (ALDÉ, 2003; BARROS e SILVA BARROS, 2004; CORRÊA, 1982; FERREIRA, 2009; GODOY, 2003; PEREIRA, 2013; QUINÁGLIA SILVA, 2008, 2009). Em minha pesquisa, tive condições de observar o que as pessoas que trabalham nesses lugares valorizam.

Porém, sempre há aspectos do trabalho que geram dificuldades. Assim como em outros momentos, Naiana aponta os fatores burocrático-legais da morte como problemas. Os corpos são sempre controlados pela esfera estatal da polícia, seja Federal ou Civil¹³, tendo uma burocracia demorada e ineficaz para sustentar as faculdades de Saúde.

Naiana: A legislação¹⁴ para corpos para estudo, ela é muito restrita. Só são aceitos corpos para estudos de indigentes. Você não pode doar corpo para estudo, mesmo que você queira, só órgão. Com isso todos os corpos da área da saúde no Brasil, são corpos de indigentes. Isso já acarreta um monte de consequências. Porque para esse corpo ser trabalhado para ser estudado ele tem que ficar a disposição por 30 dias. Então, a pessoa morreu, ela fica dias retida, se ninguém reclamar aquele corpo aí ele passa a ser um corpo doado. Passa a ser um corpo de indigente, essa é a legislação do que é possível. Então quando o corpo chega para estudo, ele já está comprometido, de vários sentidos. [...]. Depois que um corpo está disponibilizado para faculdade, ele não deixa de ser de uma unidade Federal. Ele é cedido às instituições, mas nunca deixa de ser da Polícia Federal.

Ela enfatiza como essa deterioração e precarização dos corpos causa dificuldades reais no aprendizado dela enquanto estudante na área de saúde, assim como problemas enquanto funcionária em laboratórios de anatomia:

Naiana: [...] Por essa falta de corpos, a gente estuda muito com peças sintéticas. A parte de corpos, eles ficam com corpos muito tempo disponíveis para o estudo, então eles vão perdendo muito. Você vai ver o detalhe de um corpo, de uma peça, ela já perdeu muito. Então quando você vai ver o corpo, a peça não tem mais veia a artéria e o nervo, isso

¹³ Existem casos nos quais os corpos são legalmente designados aos Militares, e alguns poucos casos são de questões políticas. Como não foi o foco da pesquisa e somente citado por meus interlocutores não irei me ater a ponto.

¹⁴ Ela aqui se refere especificamente a Lei n° 8.501, de 30 de novembro de 1992.

vai se perdendo. [...]Até mesmo o corpo inteiro, por exemplo, no lugar onde eu estudo, o corpo que a gente trabalha, que tem disponível para a aula, ela tá lá a muitos anos, acho que 10 ou 13 anos, [...] o mesmo corpo. São dois corpos que tem lá, um em 'decúbito ventral'(deitado de frente a uma superfície) e um em 'decúbito dorsal'(deitado de costas a uma superfície), peças tem um monte, mas corpo inteiro só esses dois, então agora depois de todo esse tempo esses corpos já estão bem macerados. Isso vai descaracterizando. É mais difícil quando a gente tá trabalhando por exemplo, fazendo o preparo de corpos para serem estudados, muito mais difícil, porque aí tem um aspecto mais... mais humano. Nessas aulas de anatomia mesmo, o corpo já perdeu um pouco ali daquela carinha. Você compararia mais com uma mumificação, mais uma aspecto mumificado do que um aspecto in natura. A não ser os fetos, que aí são conservados inteiros em vidros. Aí é mais chocante, tanto que não fazem brincadeiras porque é mais chocante.

Até mesmo a divulgação de vídeos e imagens é proibida, mostrando como é difícil o acesso ao aprendizado de anatomia no País:

Naiana: Nas aulas de anatomia também é muito específico, não pode filmar, não pode tirar foto, você tem que tratar aquela peça com muito respeito. Sempre começa o semestre lendo esse agradecimento ao cadáver desconhecido e tal. Mas agora no Youtube você tem aulas e aulas de todas as peças, e até queria saber como é que é isso, porque legalmente não pode. A polícia não permite e tem aulas inteiras gravadas lá. (envergonhada) Eu uso as aulas e acho-as ótimas (risos). [...] Eu sou da área da saúde, eu tenho que ter acesso a isso, se não como vou fazer meu trabalho?

Além das dificuldades legais, o único aspecto que a Naiana não se mostrou confortável com o trabalho de anatomia é quando ela trabalha com crianças. Relato similar ao interlocutor do cemitério.

Naiana: Agora, não importa se eu trabalho há alguns meses ou há 20 anos, eu odeio trabalhar com criança. Um corpo de uma criança que chega com claros sinais de agressão, desnutrição, doença aquilo ali... acaba comigo. Um corpo da muito mais trabalho de cuidar, mas prefiro um corpo de adulto. Sempre fugi de trabalhar de criança, trabalhei só

porque o curso tem que ter. Trabalhei e sai chorando, vomitando e lembrando até hoje, lembro da carinha de umas crianças até hoje”.

A morte infantil evidencia mais os tabus da morte. A criança pode ser transcrita enquanto ser mais próximo da perfeição, “ser santo é o ser total, ser uno; a santidade é unidade, integridade, perfeição do indivíduo e da espécie” (DOUGLAS, 2012, p.70). Assim, sua morte é um dos maiores pesares, pois é ver o fim da perfeição e assim, a morte de um ser sagrado.

Com o andamento da entrevista, indago se ela observa um perfil de profissional que trabalha ligado a morte. Para me responder, Naiana utilizou o exemplo de dois médicos intensivistas que são seus professores.

Naiana: Os dois intensivistas trabalham de maneira muito diferentes, ambos são muito bons enquanto profissionais, mas enquanto um tem um tratamento totalmente humanizado, carinhos, brincalhão. O outro é muito mais prático, técnico, focado, até mais ‘frio’. [...] Na UTI você trabalha com a morte tanto quanto no IML, mas não se pode desconsiderar sempre que tem vida. No IML você desconsidera totalmente o passado. [...] Eu vejo que as pessoas vão se automatizando naquilo ali (No IML). [...] Você tem que ser uma pessoa muito sensível (Na UTI) e gostar muito se não, não aguenta. Diferente do IML, que acho que se a pessoa for muito sensível ela não trabalha. [...] Preparo de corpos, você não tem que ficar pensando, se pensar demais naquilo ali sabe... Você tem que respeitar que teve uma vida, mas até certo ponto. Não pode ficar nisso, se não... não dá conta. Você pega um corpo feminino e descobre que ela estava grávida... Não pode pensar muito, tem que ver que é a oportunidade de pegar um feto como peça, ou você não trabalha. [...] Isso acontece muito, não é raro de acontecer.

Por fim na entrevista pergunto, sobre a concepção dela sobre a morte. Em sua resposta, ela comparou a UTI e IML. Mostrando que a sua concepção de morte é intrinsecamente ligada com o trabalho que ela está executando, conceito esse que demonstra bem as contradições ligadas ao “trabalho sujo” (HUGHES, 1993).

Naiana: Depende, quando eu estou trabalhando muito com corpos é uma morte muito só no seu aspecto físico, até como mecanismo [...] quando tô ali trabalhando, aquela morte ali é o fim, eu não tô agredindo nada daquela pessoa. Morreu acabou. Se eu fico um pouco mais afastada, começo a frequentar mais a

UTI ou alguma outra reabilitação, aí eu fico com uma visão de morte muito mais sensível, muito mais até espiritualizada. Até por que o ambiente te faz isso. Na UTI as pessoas são muito mais espiritualizadas, acreditando em milagres. Sempre tem gente acreditando no impossível e no milagroso. Completamente contra o que você vê no IML.

Finalizando a entrevista a Naiana retomou o ponto de sua concepção de morte, mostrando que apesar de tudo, ela tem uma visão de beleza junto à morte.

Naiana: Mas eu sempre vi isso (a morte) como uma coisa muito bonita, a morte em si não, mas o corpo humano pra mim é espetacular! Sabe quando as pessoas vão, meditar e pedem ‘se imagine numa cachoeira’ eu sempre me imagino mexendo num corpo, num músculo, relaxando... Isso sim que me relaxa, acho lindo mesmo (risos)

Nessa entrevista, Naiana me fez perceber como ela é uma pessoa com real interesse em aprender sobre algo que poucas pessoas se permitem pensar. Sua vocação (WEBER, 2005) é com a ciência da anatomia, porém o aprendizado que ela deixa pra gente é o significado que ela dá à morte. Enquanto algo extremamente solene e sagrado, algo tão belo que até mesmo acalma.

Algo que ficou claro ao longo da entrevista, foi como a descrição de Naiana é em tom sutil. Evita-se em seu discurso o uso de palavras como cadáver ou defunto. Utiliza os termos ‘cortes’ e ‘peças’, valendo-se de nomes técnicos para se referir ao trabalho. Esta situação foi característica entre todos os profissionais dos diferentes ambientes que observei. Tais formas de falar tem para mim um significado mais profundo junto ao ritual¹⁵ que ela remete.

Os acasos do Destino

Meu campo enquanto pesquisa se encerrou com esses interlocutores e espaços descritos anteriormente. Enquanto pesquisador, eu não havia tido contato direto com a morte até então. Quando estava próximo a concluir meu campo, desenhando os últimos locais a se visitar, a morte veio abruptamente. Aquilo que eu estudava sem ter

¹⁵ Irei tratar mais especificamente deste fato no capítulo 3, analisando isso enquanto uma ferramenta com aspectos rituais.

vivenciado na minha trajetória de vida, de repente apareceu. Meu sogro faleceu com um quadro agudo em menos de 24 horas.

Isso mudou a minha vida drasticamente, e meu campo não ficou ileso a este acontecimento. Eu fui afetado pelo campo com uma profundidade tal que vivenciei um novo olhar sobre os espaços do cemitério e da funerária (FAVRET-SAADA, 2005). A ocasionalidade do campo me retirou da posição confortavelmente distante que me encontrava até então para me apresentar os sentimentos que a morte causa.

“Ao mesmo tempo, em função dos “rigores” do método – a busca do ponto de vista nativo – as experiências de *observação participante* (Malinowski, 1978) que, por vezes, se convertem em *participação observante*, demandam um nível tamanho de entrega por parte do pesquisador que, como consequência, torna-se quase impossível não colocar em perspectiva nossa história pessoal e observar a arbitrariedade do nosso destino, vislumbrando e a possibilidade de vivermos outras vidas.” (SILVA, 2006: 168)

Até este momento, detinha uma postura muito exterior aquelas realidades de meu interlocutores, sendo somente uma observação das suas atividades e falas. Porém, a modificação do campo me colocou em uma posição de participação ativa em campo. Com o falecimento de meu sogro, vivenciei os rituais fúnebres e o Luto de maneira próxima e intensa. Passei assim da observação participante, para a participação observante. Não vivendo uma nova vida, mas observando o campo levando em consideração profundamente a minha experiência individual.

Portanto, todas as minhas experiências e vivências de campo nesse capítulo relatadas estão de certa maneira contaminadas por esse fato ocorrido. Mantive o mais próximo do texto aquilo que meus interlocutores me informaram sobre seu trabalho, por vezes trazendo uma percepção individual sobre o que eles fazem. Sempre tendo uma dialética entre o que eles falam que fazem e aquilo que realmente executam.

Não podia mais ter um olhar de algo distante, agora havia sido incluído nas dores da perda, acompanhando meu processo de luto individual, assim como daqueles em minha volta. Isso me permitiu entender os rituais fúnebres de outra forma, agora sendo figura participativa deste, tendo função e expectativas sociais. A partir dessa experiência, dedico um capítulo para análise do processo da perda, com ênfase nos rituais e das personagens que deles participam.

Capítulo 2 – O processo da morte e suas passagens funerais

No capítulo anterior apresentei o meu campo, ou pelo menos o que imaginava ser sua totalidade. Uma fatalidade do destino, porém introduziu uma nova experiência. Não é possível em um trabalho de temática como essa retirar a vivência enquanto uma nova oportunidade de campo. Esse capítulo se torna, então, fundamental para mostrar uma nova introdução a espaços antes vivenciados, agora sob um novo olhar.

A narrativa segue a temporalidade do que aconteceu ao longo desse período, sendo um seguimento do capítulo anterior, porém com uma vivência muito mais profunda, se fazendo fundamental um capítulo como este. Entendendo este enquanto uma transição e um espaço de se repensar o campo em relação à teoria, sendo inclusive fundamental para novas construções.

Este capítulo traz novamente espaços antes aqui relatados, observando novamente alguns personagens, agora com um novo olhar. Assim como as quebras de narrativa anteriores, esse capítulo traz perspectivas de um pesquisador mais participante que observador. Tendo funções e relações sociais intrínsecas aos ambientes rituais. Sendo assim, nesse capítulo, sou ao mesmo tempo pesquisador e figura social de meu campo.

Sustento que a experiência mais próxima da morte, me fez repensar as funções rituais. Anteriormente, a estrutura simbólica era observada conquanto a religião, porém ao participar do campo, percebi que o ritual se estende para muito além de uma perspectiva religiosa, englobando todo um conjunto de ideias que podemos chamar de espiritualidade. Apesar dos símbolos, a função ritual se estende a todos os indivíduos presentes, não tendo a necessidade de crença religiosa.

Meu objetivo neste capítulo é o de expressar mais profundamente essa minha experiência, percebendo novos atores de lugares antes visitados e ressignificando espaços antes presenciados. Percebendo um campo que se construiu a partir da vivência ritual, não mais como uma ferramenta analítica, vivi e senti os efeitos rituais aliados aos processos funerários. Mostrando o poder que o campo tem em fazer-nos perceber estruturas sociais não antes observadas, pois só participando que se tem seu real conhecimento.

A apreensão

Os primeiros momentos de qualquer notícia ruim são sempre estranhos. Nunca se sabe exatamente o que quer dizer, nem o que se pode entender. Quando é algo sutil e inesperado se é ainda mais enigmático. Você fica atordoado, quase que inerte, esperando uma ação externa para decidir seu próximo passo, pois nem mesmo seus sentimentos conseguem aparecer.

Todo falecimento é de um jeito ou de outro assim, sempre inesperado. Nada te prepara pra morte a não ser que ela mesma já tenha sido resignificada, algo que não fazemos. Nesse primeiro momento, o seu significado é somente representado no sentimento de dor, aliados à uma tristeza aguda. Todos sentimentos com os quais normalmente não lidamos e que nessa hora te invadem. Passar algumas horas no hospital parece dias. O tempo para, a apreensão te sufoca. As informações são sua melhor saída, pois são as únicas que mudam a dinâmica. Aqui, “milagres” podem acontecer. A espiritualidade pode ser traduzida no seu sentimento de que as coisas melhorem. Sem nem saber o que melhor seria.

Essa situação e sentimentos eu vivi. E digo que quem viver, verá sempre algo próximo aos relatos acima, pois a única certeza da vida é a morte. Então porque ela continua a ser tão sofrida? Essa pergunta não pode ser respondida de maneira simples. Enquanto antropólogo, minha resposta é a de que nossa reprodução cultural valoriza a morte dentro de um universo de concepções negativas.

Uma das maneiras de se observar isso é o significado simbólico que aplicamos às palavras. “Na UTI as pessoas são muito mais espiritualizadas, acreditando em milagres”, essa frase de Naiana demonstra um conjunto de concepções que mostram que “milagres” e “espírito” são atributos para vencer a morte. Conceito este de uma cultura primordialmente arraigada em significações da religião cristã. Se não há superação, o caminho natural é o resultado, a morte vem e nos faz sofrer a dor que a perda causa. Somos obrigados nessa hora a ver o que mais tememos, aquilo que primordialmente não entendemos e que assim traz consigo sua negatividade (AGAMBEN, 2006).

No hospital, apesar da negatividade, se tem espaço para o pensamento positivo, dado por mim em um momento de solidão na UTI. Não tenho religião, mas isso não nega uma espiritualidade, pois realmente, naquele momento o desejo é o da superação e que volte um tempo em que tudo estava bem. A racionalidade abre espaço para novas

crenças e a ciência é colocada como mais um conhecimento possível, já que nada responde “O que é a morte?”.

Com sua chegada é inevitável pensar numa resposta. Como tudo, tentamos entender o que está acontecendo ao nosso redor. Apoiamo-nos então nas memórias e tentamos nos reconectar com o que houve em vida, para amenizar assim esse fim que foi a morte. Esse primeiro momento, nos faz justamente iniciar um processo longo, de tempo individual, um processo ritual que chamamos de “luto”.

A teoria de Elisabeth Kubler-Ross, 1969, descreve que o “luto” ocidental¹⁶ deve caminhar ao longo de cinco fases determinadas em sentimentos: “Negação”, “Raiva”, “Barganha”, “Depressão” e “Aceitação”. A ordem e temporalidades são individuais, não sendo pressuposto também que após uma fase ela não volte atrás. O interessante de analisar aqui é o fato de ter sentimentos primordiais nesse período, pois isso mostra que mesmo com emoções deve-se haver uma transformação em meio de um conjunto simbólico de momentos, característica de um ritual¹⁷.

A morte vem, para aqueles mais próximos da pessoa em vida, a sua dor é mais profunda, e além de toda essa pressão emocional, se faz necessário ainda a transformação burocrática. Aquela pessoa agora deve agora atravessar as burocracias para assim seguir para seu ritual de despedida. Caso sua morte seja em casa ou na rua, uma perícia deve ser instaurada, afinal aquele corpo passa a ser responsabilidade da Polícia Federal como vimos nas falas do primeiro capítulo. Essa morte agora é caso de polícia, cabendo ao IML fazer um laudo para começar um processo investigativo, mas se a conclusão do IML seja a de morte “natural”, o falecido segue à funerária. Caso o óbito ocorra no hospital, este pode efetuar uma declaração de óbito, permitindo assim que o corpo seja encaminhado diretamente à funerária. Este é o caminho para os corpos identificados, pois caso seja “indigente”, o caminho é sempre o IML e de lá, para as faculdades de medicina.

Em minha experiência, a morte se deu no hospital, sendo assim diretamente vinculada à funerária. Evitando parte do processo de burocracia, mas ainda assim tem-se de transferir a morte concreta para o papel. Esse processo ocorre na funerária. Com o atendente de um “trabalho de 24 horas”.

¹⁶ Há várias maneiras de se vivenciar o mundo. Estarei aqui referenciando a perspectiva do luto ocidental urbano, já que é o mais próximo de nossa cultura urbana brasileira contemporânea.

¹⁷ Um olhar mais profundo sobre o aspecto ritual será desenvolvido no próximo capítulo

A preparação funerária

A funerária deste momento não foi da mesma companhia que a primeira observada, foi escolhida ao acaso do momento. Apesar de não ser a mesma o formato é exatamente o mesmo, uma recepção, uma sala mais reserva para a elaboração dos documentos e uma sala ao fundo mais ampla onde as urnas¹⁸ se encontram. Para começar o processo, como dito no primeiro capítulo, a funerária precisa da Declaração de Óbito (chamado sempre de DO, pelos interlocutores), documento emitido pelo hospital ou por um médico-legista. Com este, a funerária dá seguimento na elaboração da Certidão de Óbito, que deve dar baixa em cartório para se tornar o principal documento para as etapas pós-mortis, de pedidos de pensões e para as passagens de herança.

Nesse momento são solicitadas diversas informações de documentação pessoal da família, para vincular essas informações na Certidão de Óbito, documento que deve ser autenticado em cartório e a partir dele que há o seguimento das burocracias para heranças, aposentadorias e todas as questões de vinculações com outras instituições. Em determinado momento, quando o documento se refere a uma categoria específica sobre a descrição dos filhos do falecido, uma pergunta é feita: “O que é um filho ‘interditado’?”, ao que o atendente responde “Filho interditado é alguém com impossibilidades de lidar com o dinheiro, por exemplo, um filho com uma doença aguda, ou que tem necessidades especiais”. Com isso, o informado foi de que no caso de um filho interditado, os repasses monetários são integrais caso ele seja o último herdeiro possível, pela “incapacidade” de sustento próprio o Estado permite repasses do INSS mais profundos. Esse dado é importante de analisar, por ver que documentos tem muitas vezes termos que não são utilizados em outros momentos, se tornando “termos nativos” da burocracia documental, dados de uma etnografia de documentos (VIANNA, 2014).

Esse momento na funerária é mais calmo, é a transformação do falecimento em documento e papel, uma burocratização daquela morte. Inclusive o atendente se parece muito frio e ríspido nesse momento, comentando de brigas que ocorreram no passado por herança e uma comparação que “vocês estão até calmos, normalmente as brigas de herança já começam aqui”. Vemos que o atendimento é sempre conturbado de alguma

¹⁸ O nome pelo qual os atendentes se referem ao vulgarmente conhecido como “caixão”.

maneira, o que já fez adquirir uma postura fria, para conseguir se concentrar naquilo que deve ser feito, em nenhum momento houve uma pessoalidade ou busca de amizade. No máximo uma pergunta “Qual foi da causa da morte?”, uma pergunta pesarosa em responder neste momento de sensibilidade da família.

Nesse momento também são feitas as solicitações de compra de urna e como serão os ornamentos, tanto do corpo quanto da sala do velório. Porém, caso o velório fique de acontecer junto ao cemitério, os detalhes da sala são resolvidos no momento de acordos junto ao cemitério, como informado no primeiro capítulo, a funerária não pode fazer essas compras junto aos cemitérios, são atribuições da família. À funerária cabe contratar serviços de pétalas, fotos ou outros ornamentos possíveis nos serviços da funerária. No caso do corpo, a família pode doar a vestimenta com a qual deseja enterrar o falecido, assim como qualquer outro artigo pessoal, como colares, anéis, terços entre outros. A funerária cobra pelos seus serviços de locomoção, tratamento do corpo¹⁹ e pela urna escolhida.

Cabe ressaltar como as urnas são amplamente diversas, de tamanhos, cores, formatos, símbolos religiosos (quase exclusivamente católicos), o que demonstra o aspecto simbólico profundo desse item. A preocupação estética desse momento tem uma profundidade de significados, tanto religiosos quanto de distinções sociais.

Em relação ao seu aspecto estético religioso, podemos ver como a urna faz parte do universo do sagrado, seria como dizer a “última casa” do indivíduo, sendo portanto um aspecto intrínseco à morte, o tornando extremamente santificado, aspecto muito comum em várias culturas ao redor do mundo (DOUGLAS, 2012). Em nossa sociedade, a predominância religiosa é de religiões cristãs, logo há maior utilização desses símbolos, principalmente o de Jesus Cristo, figura santa que representa o sacrifício da morte, e aquele que a superou, dois aspectos reforçados no momento do velório.

A decisão de qual será a urna também reforça os aspectos monetários, pois a família escolhe uma urna que além de representar sua crença religiosa, irá demonstrar o seu poder aquisitivo ao longo do funeral. Assim sendo, a urna também é um fator para demonstrar o seu “status”, sendo assim um artigo com possibilidades de distinção social (BOURDIEU, 1979). Detalhes em ouro, visores e até mesmo o tipo da madeira da confecção são coisas que de uma forma estética traduzem um poder de distinguir as

¹⁹ Todos os procedimentos feitos pela funerária serão melhor detalhados e analisados no seu aspecto ritual, portanto, no terceiro capítulo.

classes por meio do gosto, nem no momento da morte se fica impune à distinção feita pelo consumo de uma estética representativa de sua classe social:

“O gosto ou as preferências manifestadas através das práticas de consumo é, então, o produto dos condicionamentos associados a uma classe ou fração de classe. Tais preferências têm o poder de unir todos aqueles que são o produto de condições objetivas parecidas, distinguindo-os todavia de todos aqueles que, estando fora do campo socialmente instituído das semelhanças, propagam diferenças inevitáveis. O gosto, dirá Bourdieu, é a aversão, é a intolerância às preferências dos outros.” (ALVES, 2008).

Ao terminar o preenchimento dos documentos, de liberar a funerária para cuidar do corpo, escolher os ornamentos, a família ganha um número e horário para ir ao cemitério, marcar os horários e capela para o funeral. Assim como negociar o jazigo e demais demandas que são do cemitério (manutenção do jazigo, auxílio com problemas técnicos da capela, exemplos de demandas do cemitério).

A morada dos mortos

Na manhã seguinte ao falecimento, a família é novamente solicitada a participar de uma etapa burocrática, a compra de um jazigo e alguém de uma capela para a execução do funeral. Mais uma vez, em um momento extremamente sensível, a família é feita a ver questões burocráticas, tornando toda a situação sempre atordoante, quase que automatizada. Em minha experiência, esse processo é feito junto à administração do cemitério do Plano Piloto.

Nesse encontro, se é decidido qual o jazigo que será comprado. “Quando você vai para o cemitério, você compra um túmulo, quer dizer, tem que falar jazigo agora. Você compra um jazigo, com um contrato que nem de um imóvel, é tipo comprar um imóvel mesmo”. A comparação com um imóvel lembra a função de “morada”²⁰ que é dado ao cemitério em várias falas do senso comum, o próprio documento de compra de um imóvel é muito similar ao de compra de um jazigo. Cabe dizer que há possibilidade de comprar um jazigo que cabe mais de uma urna e tem sua descrição sendo “eterno”, termo que demonstra mais uma característica do cemitério. Toda essa descrição demonstra o papel dado ao cemitério de eterna morada dos mortos, que pode ser usada enquanto um resumo do que é o senso comum do cemitério. Nenhuma dessas referências foi-me dada pelos seus funcionários, todos esses conhecimentos vieram de informações dos interlocutores da funerária, sendo sempre olhares externos a realidade

²⁰ Muitas vezes referenciada como “necrópolis”.

cotidiana do cemitério e por isso coloco-as enquanto visões generalistas e de senso comum, mas não as descarto enquanto dados relevantes.

A capela na qual ocorrerá o funeral também é decidida nesse momento de compra. No caso dela, é como se fosse um aluguel temporário, com regras similares a aluguéis de outros espaços (salões de festas, como exemplo). As principais diretrizes são de não esquecer nada no local e esvaziar a sala pontualmente na hora determinada. Qualquer problema técnico deve-se contatar a administração para acionar os funcionários da manutenção.

Voltando ao cemitério, tive oportunidade de me aprofundar sobre as diferenças de espaço delimitadas pela cerca interna do cemitério do Plano Piloto. Em descrições anteriores, percebi que a cerca divide o espaço do cemitério em dois ambientes, um delimitado aos jazigos e outro para as capelas e administração. No primeiro momento, fui quase que diretamente para os jazigos em busca dos funcionários que lá trabalham, nesta segunda oportunidade, passei mais tempo dentro da cerca, por ser este o ambiente do velório. Ultrapassei a cerca em um momento para me reconectar com esse ambiente e para aclamar, assim como no momento do ritual de sepultamento. Com esse segundo momento, ficou mais nítido a função dessa divisão enquanto ferramenta de separação de espaços, principalmente sobre os aspectos dos rituais.

O espaço é sempre dicotômico entre o “senso comum” e seu sentido ritual onde "o espaço social é produto, o espaço cultural é estímulo. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção, o segundo em termos de significação e de relação simbólica. Um emoldura, o outro é o portador do sentido" (BONNEMAISON, 1981,255 *apud* HOLZER, 1997: 84). Faz assim parte da minha análise observar o aspecto cultural portador de sentido desses espaços, observando principalmente as construções a partir de um olhar do espaço cultural do cemitério.

No cemitério do Plano Piloto, tem-se 10 capelas com símbolos cristãos e duas capelas Ecumênicas. As capelas Católicas são salas quadradas revestidas em pedra branca e cinza, com duas saídas e um banheiro com uma pequena copa, com máquina de café e filtro de água. Algumas capelas são menores e não possuem todas as tecnologias acima citadas. As capelas Ecumênicas tem formato de uma estrela de seis pontas, mas não tive como entrar para verificar o seu interior. Próximo às capelas, também tem um mural com o nome de pessoas desaparecidas, ou cuja morte não deixou vestígios. Também se tem uma floricultura, uma lanchonete, banheiros e

estacionamentos, além da administração e salas destinadas aos funcionários do cemitério.

O lugar além da cerca é dividido em conjuntos e ruas (Como dito no primeiro capítulo), mas é possível ver quatro divisões de sua totalidade, uma sendo o chamado “cemitério Muçulmano”, outra o “cemitério Judeu”, uma parte são os jazigos antigos e outra parte onde se encontram os jazigos mais recentes. Estes últimos relatados são jazigos com predominância de símbolos cristãos. Cabe aqui colocar que os jazigos novos não tem a presença de sepulturas arrojadas, sendo todas igualmente identificadas com uma placa de metal com o nome do falecido e uma pequena lamparina para se acender uma vela. Os locais mais antigos possuem lápides arrojadas e sepulturas maiores, sendo até observado jazigos selados em mármore. Algo não existente no cemitério do Plano Piloto são mausoléus, mostrando a intenção de “parque” que o cemitério se propõe.

A partir desses dois ambientes, percebemos um lugar interno da cerca onde acontece o ritual do velório do Corpo e no espaço externo à cerca tem-se o sepultamento, assim como as visitas aos entes falecidos. Demonstrem-se então dois lugares com sociabilidades distintas, um enquanto lugar ritual do velório, onde se tem maior interação social e espaços de convivência, e o outro o lugar dos rituais mais silenciosos, tanto o de sepultamento, quanto o de visita. Portanto, é possível observar identidades que damos a determinados locais e compreendendo lugar enquanto:

“O processo de desenvolvimento de identidade de um lugar seria, para Relph, uma combinação de observação, ou seja, de contato direto com o lugar, e de expectativas estabelecidas antes deste contato. A identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento. O lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar (*home place*). Relph ressalta, entretanto, que esta associação com o lar/lugar pode dar-se em vários níveis, variando da ligação mais completa à total desvinculação entre sujeito e lugar. A importância de nossa relação para com os lugares ultrapassa a da nossa consciência dessa ligação. Como diz o autor, “uma relação profunda com os lugares é tão necessária, e talvez tão inevitável, quanto uma relação próxima com as pessoas; sem tais relações, a existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado” (RELPH, 1980:41 *apud* FERREIRA, 2000)

Pela vivência do ritual, portanto, criamos nossa subjetividade com os lugares. Ao se chegar ao cemitério várias pessoas tem um conjunto de noções de medo, porém após os rituais, esse lugar como um todo, ganha novos significados e subjetividades. As capelas se transformam no lugar que se viu pela última vez o corpo da pessoa falecida, e

o jazigo se torna o novo “lar” do falecido, transformando assim as noções que antes eram de medo e insegurança para lugares sagrados. No caso da morte, a ligação é tão intensa que se referir ao cemitério enquanto “eterna morada dos mortos” não se faz uma colocação tão hiperbólica.

O Funeral

Até aqui, foram descritas as burocracias e espaços no qual a família tem de transmutar sua dor em papel²¹. Esse processo burocrático não se encerra aqui, esse é o seu primeiro momento e que será parte de minha análise. Porém, a burocracia se estende para depois nos andamentos de transferências de patrimônios e as aprovações de aposentadorias.

Ao se falar em funeral, precisamos primeiro entender quais são os seus momentos e seus lugares. Nos tópicos anteriores descrevi como são os processos prévios aos rituais fúnebres e como são os lugares que acontecem tais rituais. Agora, irei me aprofundar na experiência desses rituais, retomando um aspecto mais descritivo nesse momento. Atento-me aos personagens e andamentos do processo do funeral, assim como retomar muito de como o lugar é simbolizado a partir do ritual. Entendendo dois principais momentos desse rito, o do velório, onde o corpo é exposto durante algumas horas, e o ritual de sepultamento, que é o enterro do corpo. Esses são os dois principais momentos, não sendo únicos, pois há interseções e transições de um para o outro.

O velório compreende o momento mais longo do funeral²², sendo assim o com maior quantidade de sociabilidades diferentes ao longo de seu período. Com isso em mente, irei me ater a quem são os presentes, suas vestimentas e quais símbolos trazem. Também colocarei em foco os aspectos religiosos observados, já que a minha experiência foi profundamente vinculada à maneira cristã. O momento do sepultamento é mais silencioso e curto, mas encerra o processo ritual de um dia inteiro, tendo também suas especificidades.

²¹ Vale ressaltar que todo o processo deste capítulo foi feito sob a ótica de uma programação ritual em um espaço urbano.

²² O tempo de duração também é uma escolha da família, mas normalmente segue-se uma lógica onde o velório dura um período longo do dia.

O Velório

Acordo em uma manhã e adiante haverá um velório. Até então, nunca tinha vivido um funeral e não sabia muito além do que via em outras mídias sobre um velório. Chego cedo, mas não tão cedo quanto à família. Por um lado, acho uma calma muito grande em estar de volta ao cemitério, mas em outra face, vejo uma realidade nova e não sei se estou pronto pra enfrenta-la. Nos últimos anos li muito sobre a morte, mas essa será a primeira vez que a verei materializada no corpo de uma pessoa tão querida.

Ao chegar à capela, logo percebo um cheiro bem diferente da minha primeira vez no IML, o cheiro aqui é de flores, das diversas coroas espalhadas pela sala. Vejo ali, o corpo do falecido e todos ao seu redor, com caras muito abatidas e com olhares distantes.

A ornamentação da sala é o que mais chama a atenção, primeiro pela quantidade de coroas de flores que havia. Todas com mensagens de carinho, amor e boas lembranças, demonstrando um grande afeto ao momento, principalmente à família. A maioria das flores era de cor branca, mas também vale ressaltar as cores amarelas e sempre rodeadas por folhas muito verdes. O cheiro e a beleza que todos esses arranjos tem, deixam a sala agradável tanto aos olhos quanto aos odores.

A urna está exposta, o corpo com um terno e gravata característicos da vaidade de seu dono, rodeado por pétalas brancas, com um terço na mão e um véu branco sobre toda a urna, dá um aspecto muito iluminado apesar do momento. Todo esse branco, das paredes de pedra, da urna e das flores, se contrasta muito com as tonalidades mais escuras das roupas dos convidados. A família mais próxima do falecido, também se encontra com roupas mais claras, mostrando já uma maneira um pouco diferenciada do que seria comum.

Além da urna, o corpo se encontra próximo a um altar, com símbolos religiosos do cristianismo. Em prata, se encontra um ornamento de Nossa Senhora, junto a duas velas brancas. Forma-se assim o altar onde o corpo é exposto para o velório, uma urna erguida do chão por duas hastes de metal prateadas, envolto em um véu, junto à velas e uma grande ornamentação prateada de Nossa Senhora. Tudo isso remonta a imagem adotada de paz pela cor branca, nos fazendo perceber a característica santificada dessa cor, um primeiro indício de uma transformação ritual do corpo enquanto impuro, para santo (DOUGLAS, 2012).

O corpo na urna começa a escorrer levemente sangue pelo nariz o que gera imediato desconforto, pela repulsa aos fluídos causados pela morte. Toda a ornamentação procura tornar o impuro em puro (DOUGLAS, 2012), o sangue, portanto lembra o perigo da morte, sendo assim, gera nojo e repulsa. Uma pessoa mais corajosa limpa, mas se faz necessário chamar a Funerária para estancar definitivamente o sangue.

Os convidados para esse momento, se aglomeram nos cantos dessa sala quadrada, sempre de maneira que o corpo fique ao centro da sala. Nenhuma cadeira fica atrás dos ornamentos, deixando sempre os presentes com a possibilidade de ver o altar de qualquer ponto que se posicione. Observo os convidados tentando ver algum ponto em comum para se organizarem. A família mais próxima, mãe, filhas, esposa e irmãos acabam por ficarem mais próximas ao altar, enquanto demais colegas de trabalho, amigos e familiares mais distantes ficam mais longe do altar, as vezes nem ficando na sala. Uma característica comum é a saída da sala, pois inevitavelmente a carga simbólica da sala é forte para todos, se fazendo quase que necessária uma caminhada para “respirar novos ares”²³.

“Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (fields of care), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação.” (TUAN, 1979: 387 *apud* HOLZER, 1999; 70).

Todo o aspecto de ornamentos e emoções presente neste lugar o tornam um pequeno mundo em si mesmo. Por todo o momento ritual, podemos ver sua descrição aliada ao conceito de “campo de preocupação”, pois para além dos símbolos sociais inerentes ao cemitério, ele adquire características da emoção do momento. Assim, os conjuntos das emoções humanas do lugar fazem uma modificação de seu conceito. No caso do funeral, o primeiro momento o lugar tem um ar de tristeza, já que no início as pessoas estão mais chocadas com a morte do ente querido, porém, com o andamento do ritual as emoções começam a modificar e por consequência o lugar como um todo passa a ter novos significados.

O velório é longo justamente para dar tempo dessa última despedida, assim como permitir a ressignificação dessa tristeza inebriante das primeiras horas, para nos fazer entender todo esse processo. Desde o evento fatídico, esse é o único momento

²³ Fala de alguns convidados

feito para se refletir ao longo de horas sobre o que aconteceu. Até então, todo o processo de significação, foi a partir da transformação burocrática, aqui é o primeiro ponto que tem como objetivo a reflexão do ocorrido. Um processo que ao mesmo tempo é positivo, por buscar um conhecimento do incompreensível, porém negativo por sempre se lembrar dos momentos de desespero passados do primeiro choque da situação.

Esse movimento dialético sobre a situação nos deixa em conflito, outro motivo para sair da sala. Por todos eles, uma retirada do momento ritual para a reflexão individual se faz necessária. Com isso os “novos ares” tem várias maneiras diferentes e individuais para acontecer, porém sempre enquanto fuga da emoção do lugar para uma reflexão individual do momento.

Nisso, considero que os locais antes descritos do cemitério se confluem, pois a cerca ali existente separando um lugar para os vivos e outro designado aos mortos passa momentaneamente a não existir, pois a emoção e vontade de conhecer nos guia pelo cemitério, nos fazendo observar ele como um todo, um espaço harmonioso, pela sua característica de comunicar tanto com os vivos (nos rituais do funeral) e o último descanso, sendo o lugar destinado aos mortos. Dessa forma, pode se entender a característica dessa cerca ser verde e com a possibilidade de ver toda a paisagem do cemitério, se fazendo visível não só o aspecto das capelas e sepulturas, mas mostrar a beleza das árvores e da natureza, lembrando-nos do aspecto de parque do cemitério. (HOLZER, 1997).

Após caminhar pelo cemitério, percebo melhor sua paisagem calma e tranquila, com um novo ânimo para voltar a sala, retirando parte da emoção pesada de dentro da capela, que nesse momento passa a caminhar para uma parte mais religiosa do velório. Começa-se uma nova organização na capela aonde a esposa vai para o lado direito do altar e a mãe do falecido fica em seu lado esquerdo, nessa nova organização, inicia-se uma passagem ritual comumente conhecido como “terço”.

“Designa-se por “terço” tanto o ritual quanto o objeto essencial para a sua realização, que tem o objetivo de guiar o fiel durante o desenvolvimento desse ritual. O objeto “terço”, bastante conhecido, é formado por contas enfileiradas que o praticante faz deslizar entre os dedos, à medida que recita as preces, e se assemelha a um colar. Na realidade, o ritual do terço *stricto sensu* possui cinco tipos de preces e cada parte desse “colar” anuncia a prece que se dirá: o Credo, o Pai Nosso, a Ave-Maria, o Glória ao Pai e a Salve Rainha. Além disso, o terço é dividido em cinco mistérios, cada um contendo essas preces, salvo o Credo e a Salve Rainha. Cada conta do colar significa uma prece e os espaços entre as contas (e a dimensão dessas) indicam o mistério e o tipo de prece. O fiel começa o terço pelo Credo (indicado pela cruz), em seguida vem o Pai Nosso, seguido de três Ave-Marias e um Glória ao Pai. É o momento, então, do primeiro mistério, composto de: dez Ave-Marias,

seguidas de um Glória ao Pai e de um Pai Nosso. Ao fim desse, anuncia-se o próximo mistério, seguindo o mesmo esquema do primeiro. Ao fim do último mistério, encerra-se o terço com uma Salve Rainha.” (REESINK, 2009: 41)

A estrutura do “terço” não é fixa e tem diferenças de acordo com a situação e com os dias da semana, porém, a minha falta de conhecimento do ritual me inibiu de participar ativamente dessa parte do velório, o que me impede aqui de dizer se houve alguma diferença da maneira clássica do “terço”, porém acho relevante trazer o conhecimento do terço, pois este foi o meu primeiro contato com essa prática. Também se faz necessário aqui demonstrar a importância que se dá ao terço, pois é feito mais de uma vez ao longo do velório.

Uma passagem do “terço” demora cerca de uma hora, com várias repetições de falas e entoações religiosas. Observando de maneira mais distante, percebo que essa característica repetitiva e de coro lembra muito um mantra, inclusive me é informado que “o terço deve ser feito com pensamento positivo, para passar assim uma energia correta. Ele não pode ser feito de qualquer jeito”. Essa passagem mostra bem um paralelo entre o “terço” ser uma meditação. “Pode-se definir meditação como uma prática que engloba um conjunto de técnicas que buscam treinar a focalização da atenção (SHAPIRO, 1981 apud MENEZES e DELL’AGLIO, 2009: 277)”. No caso do “terço”, seus conjuntos de técnicas buscam retomar os conhecimentos da religião cristã para focar a atenção de seus praticantes nos ensinamentos religiosos sobre a morte, dando assim maior segurança de algo que não conhecemos por completo. Busca-se assim um processo de concentração individual no significado da morte.

Após a passagem do “terço”, chega à capela o Padre que preside as missas da paróquia que o falecido frequentava. Dá-se aqui mais uma passagem religiosa, na qual se reúnem os presentes para celebrar as passagens e mensagens do Padre. Nesse momento, o Padre relembra as penitências de Jesus e a crença na ressurreição. Segue com colocações da Bíblia e algumas “Ave-Marias” e “Pai Nossos”, jogando água benta no corpo do falecido ao final. Até este momento, a interação direta com o corpo era sempre de carinho, vindo principalmente dos familiares mais próximos, como beijos na testa e apertos na mão. Esse momento é o qual a água benta vinda da mão de um homem santo, mostra uma imagem simbólica forte de tornar aquele corpo em sagrado (DOUGLAS, 2012). Finalizando a participação do Padre, ele faz um “terço” reduzido e se retira após cumprimentar a esposa, mãe e familiares mais próximos. Essa passagem,

apesar de ser conduzida por uma figura religiosa e ter uma carga espiritual mais densa, não promove uma mudança tão significativa nas emoções ali presentes. Mantendo o sentimento ainda de profunda tristeza e pesar.

Neste momento chegam dois funcionários da Funerária para refazer o procedimento de estancar o sangue para evitar que volte a escorrer pelo nariz. “Este é o técnico²⁴ que veio fazer o procedimento, mas vamos precisar esvaziar a sala para fazer”. Como tal procedimento é relativamente invasivo, o motorista da funerária pede que todos se retirem da sala, para que os “convidados não se assustem”. Aqui, minha curiosidade foi maior que minha sociabilidade, e assim fiquei para ver qual era o procedimento sendo feito. O “técnico” estava com uma pequena maleta com seu equipamento e uma camisa azul clara. Coloca um par de luvas descartáveis e pega uma ferramenta que parece uma tesoura, coloca um “algodão”²⁵ na ponta e introduz no nariz, bem profundamente. O procedimento é somente esse, não parece tão agressivo para necessitar a retirada da sala, porém este procedimento se mostra ofensivo ao momento ritual do velório, pois retira a noção de pureza do corpo, já que mostra uma cena que não enaltece de alguma forma o corpo, mostrando a sua real mortalidade. Mais uma vez, vemos como os profissionais da morte sabem pela sua prática os tempos rituais e assim interferir o mínimo possível.

Com o passar das horas há grande circulação de pessoas, algumas ficando poucos minutos, outras ficando até o momento do sepultamento, mas quanto mais próximo ao sepultamento, mais pessoas chegam, aumentando não só o número de convidados, mas também o número de coroas de flores, que nesse ponto já estão tendo que ficar no chão pela falta de espaço nas paredes da capela. O número de pessoas e coroas é muito grande, maior do que o previsto pela família, o que demonstra grande comoção e compaixão com tal fatalidade. Tamanho é esse apreço pelo falecido que todas as mensagens são de amor e carinho para a família, começando a retirar um pouco do olhar somente a partir da tristeza.

²⁴ Neste momento o motorista da funerária se dirigiu ao funcionário como “técnico”, porém de acordo com a minha experiência prévia com a funerária, quem faz esses procedimentos é o tanatopraxista, apesar este também pode ser feito por um técnico em anatomia de plantão. Não perguntei especificamente porém qual o cargo do funcionário.

²⁵ Não sei o nome correto dos utensílios utilizados. Os termos “tesoura” e “algodão” são palavras minhas para descrever o procedimento, não são os nomes reais das ferramentas e certamente não são os nomes que os funcionários se referem a tais objetos.

Essa ocorrência teve tamanha profundidade que trouxe inclusive um Frei amigo de juventude do falecido. Promovendo mais uma intervenção religiosa, porém diferenciada da primeira feita pelo Padre, pois o Frei é de uma escola cristã diferente (Congregação Carmelita²⁶) e ter uma amizade antiga com o falecido. Ambas as características tornam o ritual mais íntimo e profundo, com passagens bíblicas que fazem tanto mais sentido às ideias do falecido, assim como as crenças da família, tanto que temos a participação da família junto ao Frei. Tornam assim o rito religioso ali promovido então mais emocionante e tocante, por incluir momentos de sua amizade e uma exaltação do amor e carinho que todos ali tinham pelo falecido. Possibilitando ainda uma abertura para que os convidados demonstrassem seus amores uns pelos outros, cobrindo então a sala de abraços e beijos, de todas as maneiras. Vi nesse momento pessoas homossexuais sem medo de demonstrar seu amor, assim como grandes afetos entre pais e filhos que antes não se falavam. Todo esse momento é encerrado novamente com “Ave-marias” e “Pais Nossos”, assim como o corpo é novamente benzido com água benta, porém desta vez o Frei dá um presente pessoal à urna e ao falecido, uma imagem de Nossa Senhora “diretamente benzida pelo papa. Peguei esta imagem no vaticano quando lá visitei em um encontro”. A profundidade desse ritual mudou os humores, aflorando em todos um sentimento de fraternidade e amor, retirando a carga emocional da tristeza e dando espaço para entender esse momento de outra forma, por meio do sentimento de amor, é possível pensar em novas possibilidades desse momento que somente a tristeza.

Com a finalização da fala do Frei, começa-se a transição do momento do velório para o enterro. Fecha-se a urna e começa a transposição para o sepultamento. A passagem do Frei, portanto é o adeus derradeiro ao corpo, unindo as despedidas tanto da família, quanto dos convidados ali presentes. O funcionário do cemitério entra na capela nesse momento, carrega o caixão com a ajuda dos amigos próximos e irmãos do falecido ao automóvel. Este mesmo funcionário alia todas as coroas de flores junto a urna e começa a dirigir o automóvel em direção ao jazigo que ocorrerá o sepultamento do corpo. Apagam-se as velas e se esvazia a sala. As pessoas começam a seguir a urna dando início ao “cortejo fúnebre”.²⁷

²⁶ Para maiores informações, visitar: <http://www.carmelitas.org.br/>

²⁷ Ação de acompanhar a cerimônia que leva um falecido até o jazigo ou até a cremação.

Vale ressaltar que este cortejo não tem uma estrutura ritual tão elaborada quanto em outras situações. Em cidades do interior ou em mortes de pessoas famosas, o cortejo tem uma organização muito maior e assim esse momento tem uma importância muito mais latente nessas ocasiões. Nos funerais cotidianos o cortejo tem menos centralidade ao longo do funeral.

A organização espacial e burocrática do cemitério também não favorece um cortejo melhor estruturado, pois as capelas são separadas dos jazigos com uma cerca, o que dificulta a transição de um lugar para o outro. Também por essa atividade ser cargo do cemitério, não se possui o cuidado ritual promovido pela ornamentação funerária, torna-se uma atividade mecânica do cotidiano dos trabalhadores do cemitério, não tendo o foco em elaborar um cortejo dentro de uma estrutura mais sólida para o ritual.

Apesar da falta da falta de organização, esse momento pode ser observado enquanto momento de transição do velório para o sepultamento, portanto em outras circunstâncias esse “cortejo” é momento fundamental, principalmente em morte de celebridades ou figuras públicas. Esse período transitório também é fundamental, pois ele transfere o lugar da cerimônia, que sai da capela, cruza cerca e adentra o lugar dos jazigos, e assim o lugar dos mortos. A transposição de lugar é fundamental, pois encerra o momento de sociabilidade do velório e encaminha para o momento silencioso do enterro.

O sepultamento

Após a transição, chegamos ao destino da urna. O jazigo profundo está imediatamente à nossa frente e uma pequena tenda verde em cima do buraco designa o lugar do sepultamento. Temos mais dois enterros acontecendo simultaneamente próximo de nós, mas sem dúvida o evento no qual eu estava era o com maior número de pessoas. Quatro cadeiras plásticas ficam próximas ao jazigo, duas à sua direita e duas à sua esquerda, mãe e esposa de um lado e as duas filhas do outro e eu fico junto a filha mais velha. Os demais convidados ficam espalhados ao redor do jazigo em um silêncio profundo, somente com algumas conversas sussurradas, inaudíveis.

O funcionário do cemitério que até agora também era o motorista retira todas as coroas de flores e as amontoa próximas ao jazigo. Novamente alguns irmãos e amigos próximos ajudam a carregar a urna até uma estrutura de metal com tiras transversais que apoiam o peso do caixão. Colocado nessa estrutura, os dois funcionários se retiram

novamente, dando espaço para o Frei fazer sua última colocação. Desta vez, as palavras são mais fraternas e tem como objetivo enaltecer a vida do agora falecido, agradecendo a presença de todos e como esse grande número de pessoas mostra quanto amor existia por ele. Neste momento, o Frei lembra de maneira sutil e serena que este é o futuro de todos nós, e esse jazigo também será o destino das filhas, que eventualmente serão enterradas junto ao seu pai. Uma das irmãs da esposa toma a frente e grita: “Viva o Gu!” com um sorriso e joga pétalas de rosa vermelhas sobre o caixão. Os convidados sorriem e alguns gritam: “Viva!” em resposta. Fazem-se as últimas preces, seguidas de uma última “benzida” sobre a urna. Desta vez a água benta é jogada pela irmã da esposa, pelas filhas e pela esposa, além do Frei. Após esse último gesto sinaliza-se aos funcionários que podem continuar seu trabalho.

Ambos os funcionários se concentram agora em manusear a estrutura de metal, que funciona de maneira semelhante a um elevador, onde um deles controla a manivela enquanto o outro certifica que a urna está descendo nivelada e no lugar correto. O jazigo é um buraco profundo revestido com uma estrutura de tijolos de concreto. A urna começa sua descida, chegando ao fundo, os funcionários retiram as tiras que envolviam a urna e recolhem a estrutura de metal. Colocam-se três placas de concreto, que cobrem grande parte da superfície do jazigo e passa-se cimento em todas as extremidades, selando-o. Todo esse procedimento é feito em torno de um silêncio sepulcral, onde a atenção é total no enterro. Cessam-se as conversas e os olhares demonstram uma reflexão profunda. Para finalizar o sepultamento, os funcionários do cemitério trazem as coroas de flores e as colocam sobre o jazigo, formando assim uma grande “cama” de flores, após esse ato os funcionários se retiram e escuto da irmã mais velha: “Isso ficou muito bonito”.

Os funcionários do cemitério

Busco agora retomar as discussões do primeiro capítulo, mostrando um contraste entre o que meus interlocutores diziam fazer e com o que observei eles realmente fazendo, pois já que não tive oportunidade de presenciar naquele primeiro momento, essa eventualidade me deu um boa oportunidade para observar essas práticas.

Ao longo dos rituais fúnebres, meu olhar se atentou nos funcionários que ali se encontravam. Vi olhares comprometidos com o trabalho, em grande parte sendo olhares

baixos, evitando olhar diretamente para o corpo. Sua presença é imperceptível, falam somente o indispensável.

São motoristas em geral, tendo livre passagem no cemitério, mas sempre se locomovendo por vias menos utilizadas, às margens. Como se a própria maneira deles trabalharem já reforçasse as invisibilidades e sua função social naquele ambiente.

Os mesmos funcionários responsáveis por resolver eventuais problemas com máquinas de café ou água trabalham na limpeza de jazigos e banheiros. Também fazem parte dos rituais, pois são os responsáveis tanto por dirigir o corpo, o colocar e selar o jazigo, assim como colocar as flores junto ao sepultamento.

Em meio aos silêncios e tristezas dos rituais, buscam focar-se em seu trabalho. Não olham muito nos olhos e fazem seu trabalho de maneira rápida, come se quisessem sair dali o quanto antes. Ainda assim, estão presentes nos momentos íntimos dos participantes, já que o momento do enterro, muitas vezes, é antecedido por uma intervenção familiar ou religiosa, se fazendo necessário entender os tempos do ritual. Em algumas condições, os participantes do funeral carregam o caixão, e o conduzem até mesmo ao jazigo, se tornando, assim, reesposáveis por carregar, as coroas de flores e, coloca-las sobre o caixão após o sepultamento.

São sempre presentes, mas ao mesmo tempo invisíveis. Naquela primeira experiência não pude ver isso na prática, porém a eventualidade me permitiu uma nova experiência, de maneira a ressignificar a frase: “Somos muitos! Estamos sempre por aí! As pessoas não nos veem, parecem que tem medo”. Para mim, essa frase têm duas ramificações. A primeira é de que os funcionários da morte estão sempre próximos, mas são invisíveis ao nosso olhar. Em segundo lugar, não é só a sociedade que tem medo e não os vê, eles têm também a lógica de que “a tristeza nem pode pensar em chegar...” (QUINÁGLIA SILVA, 2009) e com isso evitam ser vistos, reforçando a invisibilidade social amedrontadora. Uma situação dialética, onde a invisibilidade é ferramenta para execução laboral isenta de sociabilidade promovida no ritual. Aqui vemos em um exemplo empírico como o “trabalho sujo” (HUGHES, 1958) causa um efeito contraditório na prática do indivíduo, ao mesmo tempo em que o faz para defender-se dos efeitos negativos da morte, acaba por reforçar aspectos da invisibilidade social.

Este enterro é o fim do sepultamento, assim como é o final do funeral que eu vivi. Sua profundidade emocional não é possível transmitir em palavras, porém tal

vivência me proporcionou entender de uma maneira muito clara a função do ritual fúnebre, já que participei ativamente dele (FAVRET-SAADA, 2005). O funeral em um conjunto funciona para nos dar respostas ao desconhecido, ajudando a lidar com a morte, dando a ela novos significados:

“De acordo com Howarth (2007, p. 23 5), os estudos socioantropológicos indicam a existência de três explicações para o sentido dos funerais: dar destino ao corpo morto; interceder pelo destino da alma; e reintegrar os enlutados na vida social. Cada possibilidade não é excludente, de modo que elas podem estar associadas. Seja como for, trata-se de efetuar uma separação entre os vivos e os mortos. Para Douglas (2012), as práticas e atitudes funerárias indicam que a morte e o sofrimento constituem partes essenciais e substantivas da vida humana e da natureza. Tais aspectos não caracterizam apenas grupos ou culturas não ocidentais, apresentando-se também na sociedade ocidental moderna, ainda que revestidos por distintas roupagens e nuances.” (MENEZES e GOMES, 2011: p. 99)

Percebemos que o funeral tem uma função e um caminho como aqui foi apresentado. Começa de modo confuso e avassalador, com o tempo e o longo período de contato com a urna e nesse lugar, passamos por um rito de passagem (Van Gennep, 2011), começando a lidar melhor com toda a situação. Saímos do sentimento de tristeza, até para a possibilidade de ver a beleza e o amor que existem nesse momento.

Esta experiência junto ao ritual foi tão intensa que me fez perceber novas possibilidades analíticas junto ao campo. O poder ritual me afetou de maneira tão intensa que comecei a perceber que ele estava presente em outros momentos do meu campo. Assim, o próximo capítulo são essas abstrações analíticas feitas para entender outros rituais envoltos dentro das falas e ações de meus interlocutores. Antes de vivenciar esse processo, seria impossível ter tais abstrações, mas após essa participação ativa ao longo do processo descrito nesse capítulo, se torna imprescindível observar a força de outros rituais ao longo do processo de morrer.

Capítulo 3 – Os rituais de ressignificação

O objetivo deste capítulo é demonstrar a função social do ritual enquanto ferramenta de ressignificação da morte. Nesse sentido, irei aqui analisar, além dos aspectos do ritual fúnebre já relatados, os aspectos rituais cotidianos dos trabalhos de meus interlocutores. Sustento então que o trabalho do dia-a-dia segue uma lógica paralela de rituais, tornando a morte parte intrínseca de seu cotidiano laboral. Trago aqui uma discussão mais profunda sobre o ritual, aliando essa categoria teórica às práticas de meus interlocutores que observei em campo. Assim irei ressaltar junto às descrições de meus interlocutores como existem ferramentas rituais que promovem ressignificações da morte no trabalho cotidiano. Assim, esse capítulo propõe análises densas em questões de purificação (DOUGLAS, 2012) e burocracia (WEBER, 2004) como parte das dinâmicas rituais (PEIRANO, 2001; VAN GENNEP, 2011) das quais meus interlocutores convivem e promovem.

Para analisar esses aspectos rituais, não utilizarei da mesma cronologia dos capítulos anteriores. Dessa vez, a temporalidade utilizada vai ser aliada a como acontecem os processos após o falecimento. Com isso, irei estruturar o capítulo começando com aspectos do IML, como se dá os rituais de autópsia, depois observar como são os atendimentos na funerária e quais são os preparos necessários para o funeral, também observando o caminho dos corpos de “indigentes” que chegam em nossas universidades. Pretendo com esse capítulo centrar principalmente os aspectos dos rituais e mecanismos dos trabalhadores fúnebres, retomando os aspectos do funeral em paralelo para a argumentação.

Pretendo com essa estrutura aliar os aspectos rituais do trabalho com os aspectos dos rituais funerários, pois sustento que ambos utilizam-se de ferramentas similares para lidar com o mesmo tema, a morte. Assim como o funeral é o ritual social para lidar com a morte, os trabalhadores possuem seus rituais diários para não permitir que o tabu da morte seja um fator identitário (QUINÁLIA SILVA, 2009).

Porém, antes de iniciar uma análise, preciso explicitar a partir de quais teorias basearei minhas análises. Desta forma, a primeira parte do capítulo é uma retomada dos conceitos de ritual de alguns autores, e o sentido é de deixar claro qual o olhar que irei utilizar ao decorrer do capítulo. Tomando como base os dados de campo apresentados

nos últimos capítulos, retornarei à várias vivências e falas de meus interlocutores para mostrar seus rituais, continuando assim a construção de uma argumentação.

A morte pode acontecer com qualquer um a qualquer hora, essa é uma das poucas certezas da vida. Ela pode acontecer na rua, no trabalho ou em casa, das formas mais inusitadas possíveis. Por mais que tenhamos a saúde em dia, ela pode vir das maneiras mais diversas, e em qualquer idade. Este é o poder da morte, ser imprevisível, incontrolável, repentina e principalmente desconhecida (DOUGLAS, 2012). O que acontece após a morte é uma das perguntas mais antigas da filosofia mundial, inclusive em quase todas as religiões temos “respostas” diferentes para essa pergunta, mas nunca comprovadas, são crenças (MAUSS, 1974).

Apesar de todas as dúvidas, os profissionais da morte trabalham cotidianamente com este poder. Se a morte é assim tão devastadora, como pode haver pessoas que escolhem conviver cotidianamente com ela? Essa foi sem dúvida uma das primeiras perguntas que instigou o trabalho. Uma resposta possível, advinda do trabalho de pesquisa que originou este texto, será desenvolvida ao longo deste capítulo.

Teorias sobre rituais

Ritual é um conceito caro à antropologia, sendo sempre retomado enquanto ferramenta de análise. Como observado por Peirano: “rituais são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos” (PEIRANO, 2001: p. 8). São assim evidências de ações sociais naturalizadas, com momento específico e diferenciadas. Esse seria o conceito mais vulgarmente reconhecido, o ritual enquanto “performance” para reforçar momentos sociais específicos. Nesse termos, o ritual funerário seria muito claro dentro deste conceito geral, um momento social específico para se refletir sobre a morte de um indivíduo. Algo que tem que ser feito, não por uma vontade individual, mas um encargo social, todos que falecem devem passar pelo ritual do funeral.

Apesar de esse conceito exemplificar muito bem a situação do capítulo anterior, ele não compreende a total dimensão da ocasião. Não podemos limitar o nosso olhar somente na descrição do ritual, cabe também um esforço de compreender os sentidos envolvidos em tais práticas, buscando assim compreender o porquê de sua reprodução social. Observando-o para além de sua forma devemos entender o seu sentido (LÉVI-STRAUSS, 1976).

Cabe assim retomar alguns autores para melhor compreensão dos fenômenos rituais, o primeiro deles é Van Gennep em seu clássico livro ritos de passagem (1977), um dos primeiros autores a tratar sobre o tema do ritual. A concepção de o ritual ser uma “passagem” se faz fundamental em minha análise, pois sustento que a morte é uma transição, não uma passagem simplesmente da vida jovem para a adulta, mas uma mudança profunda, tanto na forma quanto no conteúdo. O lugar no qual ocorre os rituais é fundamental, como podemos ver nas colocações de Clara Saraiva, 2015:

“Uma das mais emblemáticas obras sobre a morte é certamente o livro organizado por Maurice Bloch e Janathan Parry (1982) intitulado *Death and regeneration of Life*, no qual os vários autores procuram refletir sobre a presença de símbolos de fertilidade e renascimento nos rituais funerários. No seio da vasta lista de temáticas em múltiplos contextos etnográficos, duas que sobressaem são justamente a da relação ente lugares de cerimônias fúnebres, e a noção de “boa morte”. A discussão em torno do primeiro conceito está presente notadamente no último texto da compilação, em que Bloch (1982) retoma parcialmente uma problemática anterior [...], em que chama a atenção para a relação entre rituais funerários e a identificação com a terra.”(SARAIVA, 2015: 155)

Ao longo do texto, Clara Saraiva demonstra como efeitos da modernidade afetam e modificam as maneiras de se fazer os rituais funerários. Em sua experiência de campo, a globalização e os fluxos migratórios são fatores centrais, pois ela observa como é o processo funeral quando uma pessoa vem a falecer em um país no qual ela não nasceu. Em sua análise, ela demonstra como a “Boa morte” (MENEZES, 2004) é um princípio pelo qual tais corpos devem retornar ao seu lugar de origem para o sepultamento.

Em minha experiência, ocorreu uma situação similar, pois o falecido nasceu em uma cidade do interior de Minas Gerais. Sendo assim, grande parte da família gostaria que ele fosse velado em sua cidade natal, porém a família nuclear advogou para esse processo ser feito em Brasília, cidade onde o falecido “fez a sua casa”.

Vemos então que esse efeito vinculado ao local do ritual é fundamental ao longo deste processo funeral. O lugar é assim intrinsecamente ligado à sua noção ritual. Não só em termos do processo fenomenológico observado no último capítulo, mas é característica ativa do ritual para atingir uma “Boa morte” (MENEZES, 2004).

No caso de observar o conceito de “rito de passagem” dentro da abordagem da morte, cabe sempre utilizar essa “passagem” dentro das concepções e conceitos individuais e sociais da morte. Como não se tem uma resposta, o conceito sobre a morte é sempre fluido, passível de modificações a partir do momento de convivência, lugar e a

aparência que ela se encontra. Em minha análise, o ritual acaba por ser a principal ferramenta dessa mudança, seja em seu momento de modificação da aparência do corpo (os rituais de Avivamento e descaracterização descritos ao longo deste capítulo) assim como nas mudanças conceituais (promovidas pelo ritual funerário e pela convivência com a morte). A morte acaba sempre por ser poderosa, e assim sempre passa a ser perigosa. Este seu poder, é nocivo de alguma forma, seja pelo luto da perda ou pelo estorvo causado ao Estado.

Os ornamentos e símbolos tem uma ação ritual, que pode ser melhor explorada no conceito de “liminaridade”. Este conceito nos permite maiores elucidções de como as aparências do momento ritual devem ser interpretadas enquanto fundamentais ao seu desenvolvimento, pois símbolos que antes eram impuros passam no momento ritual a serem objetos de extrema sacralidade. Essa dicotomia dos símbolos, gera uma força ao ritual, sendo uma ferramenta analítica que compreende muito bem como é possível a ressignificação dos símbolos por meio do ritual.

“A liminaridade dos ritos de passagem está ligada à ambiguidade gerada pelo isolamento e pela individualização dos noviços. É, portanto, a experiência de estar fora-do-mundo que engendra e marca os estados liminares, não o oposto. Em outras palavras, a liminaridade e as propriedades nela descobertas por Turner (1974) não têm poder em si mesmas. Mas é a sua aproximação de estados individuais que faz com que os noviços se tornem marginais. É, em uma palavra, a individualidade que engendra a liminaridade. No fundo, os ritos de passagem tratam de transformar individualidade em complementaridade, isolamento em interdependência, e autonomia em imersão na rede de relações que os ordálios, pelo contraste, estabelecem como um modelo de plenitude para a vida social.” (DA MATTA, 2000: 23).

Assim, a liminaridade das passagens rituais é justamente aquilo que promove a ressignificação. Ao unir signos opostos dentro de uma nova conceituação, seu significado que antes era individual é revisto sob uma nova complementaridade. É a partir deste conceito de liminaridade que se transcreve a força da ressignificação. No funeral, fica muito claro o rito de passagem do corpo impuro, perigoso e que gerava somente tristeza, para um conceito sagrado e esperançoso. Isso é fruto justamente por colocar no signo antes impuro (o corpo falecido), com novos símbolos sagrados (terço, água benta e véu branco como exemplos), permitindo que a performance ritual transcreva ainda melhor essa passagem de conceitos.

Até agora, observamos sempre o aspecto que o antropólogo deve observar os conceitos e as etapas dos rituais, para assim entender os seus significados. Tais conceitos aplicam-se muito bem em rituais explícitos e socialmente executados, mas

como esse conceitos clássicos do ritual poderia também ser transcrito nos processos contemporâneos, como os burocráticos e as transformações do corpo por meio das instituições?

Para responder a essas questões precisamos expandir esse conceito ritual dentro dos aspectos da sociedade contemporânea. O primeiro passo que sustento é o de retomar a categoria de *ethos* para observar tanto de construção institucional dos ambientes que convivi (GEERTZ, 1989), quanto observar seu efeito na conceituação individual da morte feita pelos meus interlocutores. Isto porque todos mostram em sua fala um modo de pensar seu trabalho a partir da instituição na qual trabalha, mostrando que seu cargo na empresa define bem a sua posição em referência ao seu trabalho. Mas, apesar dessa construção do trabalho dentro da noção da sua instituição, cada um mostra uma maneira individual de lidar com sua realidade cotidiana.

Portanto, os ritos de passagem têm um efeito social nos trabalhadores da morte, reforçando sempre a necessidade de fazer corretamente a sua função dentro do ritual para que ele ocorra, gerando assim um profundo respeito e competência com o trabalho e com as coisas relacionadas a morte. Assim como eles individualmente ressignificam a morte, pois ela é a sua convivência de trabalho.

É possível observar tal conclusão nas falas de meus interlocutores, que fazem questão de valorizar aspectos éticos e morais tanto de suas instituições quanto de seu trabalho: “Tem outros (professores) que só dão aula em peças sintéticas porque são contra as peças anatômicas por questões éticas, pelo mesmo princípio de respeito, não fazer brincadeiras e tal”; “Nosso chefe tem um comprometimento muito grande para que façamos tudo certo”; “A ética no trabalho do IML é importantíssima”; “Você tem que tratar aquela peça com muito respeito”. Todas essas passagens demonstram como todos os profissionais que tive contato tem inclusos em seus relatos alguma referência direta sobre o respeito com o trabalho. Porém, quando indagados sobre como eles significam a morte suas respostas são sempre próximas da colocação da Naiana: “quando tô ali trabalhando, aquela morte ali é o fim, eu não tô agredindo nada daquela pessoa. Morreu acabou”.

Assim sendo, o ritual aqui deve ser observado para além de uma performance social, ele é sempre promovido por indivíduos em uma cadeia de produção (MARX e ENGELS, 1996), pois seria impossível se ter um funeral no cemitério sem o trabalho prévio da funerária. Um ritual deve ser feito anteriormente para que o corpo esteja em

condições aceitáveis para o funeral, uma etapa está diretamente ligada a outra. Estes trabalhadores então são ao mesmo tempo fundamentais para a execução do ritual assim como também sofrem os seus efeitos; são ao mesmo tempo produtores e receptores do ritual, já que executam as etapas e em momentos participam, mesmo que invisíveis, dos momentos rituais.

Assim, o conceito de ritual que utilizo, abarca uma condição mais abrangente, deve ser visto mais enquanto um “evento ordinário” (PEIRANO 2001), pois o ritual da morte nas sociedades contemporâneas é complexo, mas tem estabilidade. Não podemos reduzir estes rituais em seu momento funeral, devemos observar todo o seu andamento, desde o processo burocrático até o sepultamento, ou do seu processo de descaracterização até se tornar objeto de estudo, dois caminhos oposto, mas que veremos que alcançam uma mesma função ritual, ressignificar a morte.

Com essa explanação em mente, utilizo de um refinamento das teorias clássicas para abarcar todas as realidades com as quais tive contato. Faz-se necessário tanto para o leitor como para quem escreve entender o que estou chamando ao longo desta pesquisa de ritual, sendo em suma um “evento ordinário” estável, cujo objetivo deve ser ressignificar a morte, retirando os seus efeitos nocivos, tornando-a somente mais uma etapa da vida.

O “estado”²⁸ da morte

Retomando o capítulo 2, o lugar aonde acontece o óbito é fundamental para o andamento dos processos. Neste tópico, irei atentar mais aos processos que tive contato em campo, observando a lógica racional-legal de relação com a morte (WEBER, 2007). Após ocorrer o óbito, todos os corpos passam a ser propriedade do Estado, sendo controlados pela jurisdição da Polícia Federal e a morte só passa a ser reconhecida quando se tem uma causa comprovada. Com isso, se faz necessário uma justificativa da causa do falecimento, tal justificativa deve sempre ser emitida por um médico, legista ou hospitalar. No hospital, as causas da morte são normalmente mais evidentes, porém aquelas que ocorrem em outros ambientes, como exemplo a rua, têm os mais diversos motivos, por isso deve ser encaminhado ao IML para saber a identidade e o motivo/causa do óbito.

²⁸ Coloco aspas para que se faça entender estado nos seus dois sentidos, tanto enquanto Estado-Nação quanto o estado de aparência do corpo. Segue o mesmo título da tese por ser o cerne de meu argumento.

O primeiro ponto que argumentarei é que a morte não é só uma angústia e perda em níveis individuais, o Estado também sofre uma perda com a morte, pois um indivíduo que sofre óbito deixa de produzir, consumir e viver sob suas leis, para se tornar uma demanda. Ele perde autonomia como cidadão, seu corpo passa a serem regidos por órgãos estatais, e assim os encargos com ele passam a ser um problema de Estado caso não sejam vistoriados da maneira correta²⁹. Como podemos ver na fala da Naiana: “Um tempo atrás uma Universidade no interior começou a ser investigada por estar tendo corpos que não estavam sendo relatados da onde vinham. Se não foi pelo IML, se não foi pela polícia, porque o caminho, trâmite tem que ser esse. Dá onde foi então? Esse caso foi em 2012. Eles argumentaram que ‘mas e aí? A gente no interior aqui de Minas não tem corpos! Como é que a área de saúde vai trabalhar sem corpos?’. A lei ela é muito clara, tem que ser indigentes”.

Assim sendo, podemos ver que a morte é um estorvo para o Estado caso não seja vistoriada de forma correta. O indivíduo deixa de viver a partir das leis do Estado e passa a ser um encargo seu, torna-se assim dependente da gerência pública. A morte então é tão ruim tanto para o Estado quanto para a família, pois é sempre uma perda. Portanto, assim como o funeral é a maneira ritual por qual a família e amigos devem passar para lidar com a morte, o Estado também necessita que esta perda seja transcrita na sua linguagem imparcial, se fazendo necessário um rito de passagem burocrático.

A burocracia é a forma de mudança de identidades. A forma de dominação estatal que vivemos é dentro da lógica racional-legal (WEBER, 2007). Nesta estrutura, o Estado se compreende o legítimo usuário da dominação. Para controlar assim sua população é necessário torná-la parte do Estado, sendo assim é necessário a população tornar-se cidadã. A ideia de cidadania no Brasil é evidenciada com os documentos que nos identificam enquanto pessoas que votam e trabalham (PEIRANO, 1986). A morte nos priva desses direitos, logo a morte retira essa característica cidadã prévia. Após elas, a identidade deve ser revista pelo Estado, e assim se faz necessário novos documentos que identifiquem essa pessoa falecida.

O primeiro ponto dessa burocratização da morte é, portanto, ser transcrita em um novo documento específico, a “Certidão de Óbito”. A partir do controle desses documentos, o Estado consegue traduzir a morte singular em uma escala de controle,

²⁹ Se um corpo some vira um caso de investigação da Polícia Federal. Logo, deve ser vistoriado da maneira correta para não acarretar ainda mais problemas ao Estado.

que chamamos Taxa de Mortalidade³⁰. Todo esse controle estatal demonstra que a morte é demanda do Estado, e assim deve ser transcritas dentro de sua principal linguagem, a burocracia. Retira-se do óbito seu caráter individual e o tornam em um nome no papel, uma estatística, um documento (FERREIRA, 2009). Este processo de tornar o corpo do cidadão em um novo documento que incorpore a identidade do falecido é o que chamo de ritual Burocrático.

Este ritual burocrático é feito de duas formas, a primeira é aquela que evidenciei no Capítulo 2, com emissão da Declaração de Óbito do hospital encaminha-se o pedido para a Funerária, e com os dados recuperados da Funerária e da Declaração de Óbito elabora-se a Certidão de Óbito junto ao cartório. O outro caminho possível, são os corpos que vêm a falecer em lugares que necessitam de uma perícia Policial (IML), com uma atenção especial aos “*não identificados*” (FERREIRA, 2009), por serem eles os “corpos preparados para estudo” como a Naiana nos informou.

Esse segundo ritual burocrático começa a partir do laudo do IML sobre a morte, caso o corpo seja identificado, emite-se a “declaração de óbito” para seguimento dos processos junto à funerária. Caso seja um corpo “*não identificado*” ele pode entrar na categoria de “indigente”, e assim apto para o processo de “Descaracterização” do corpo para estudo.

Meu primeiro contato individual com a burocracia estatal foi na minha tentativa de entrada de pesquisa no IML. O insucesso se deu pela minha comunicação ter de seguir uma rígida burocracia, seguindo sempre um mesmo fluxo habitual. Podendo assim traçar um paralelo a ideia de ritual, a burocracia em minha experiência solidificou as possibilidades de processo dentro de um padrão que deve ser seguido para alcançar determinado objetivo. Como não as fiz da maneira correta, não foi possível o objetivo desejado pelo processo.

Para além do ritual burocrático, a burocracia também é um mecanismo que aparece ao longo do trabalho dos funcionários do IML, já que eles têm cargos de funcionários públicos, eles compõem o quadro burocrático do Estado. Assim sendo, eles ao mesmo tempo que são responsáveis por promover o ritual burocrático, sofrem do efeito da burocracia.

³⁰ <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-mortalidade.html>

No IML percebi um dos principais aspectos das instituições públicas no Brasil, a influência da burocracia. Sendo, um mecanismo de poder do estado no qual demonstra sua dominação sobre suas informações, privando aqueles que não fazem parte do corpo burocrático de ter acesso (WEBER, 2004). Uma conceituação na qual a burocracia se reforça enquanto ferramenta de dominação. A burocracia é também uma ferramenta que em sua proposição final tem a capacidade de tornar a produção capitalista mais efetiva por retirar o vínculo emocional junto ao trabalho.

“A burocracia em seu desenvolvimento pleno encontra-se, também, num sentido específico, sob o princípio *sine ira ac studio*. Ela desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se "desumaniza", vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais.” (WEBER, 2004, p. 213).

Portanto, esse processo de burocracia tem como objetivo promover uma alienação (MARX e ENGELS, 1996). A morte é um agravante a mais nesse quadro, trazendo diversos conteúdos impuros, que faz aqueles que trabalham com ela sofrer de vários transtornos emocionais e psicológicos, agravados pela falta de valorização e condições de trabalho:

“A falta de condições adequadas de trabalho impossibilita a valorização de sujeito e perverte o sentido da criatividade do homem, predominando nelas, assim, a expropriação da dimensão simbólica de se trabalhar, a exploração da força de trabalho e a alienação do trabalhador. Dessa forma, a autoimagem do trabalhador é atacada e sua identidade se desgasta.” (SILVA BARROS, 2004: p. 323).

Para reconstruir essa imagem estigmatizada, o caminho utilizado por esses trabalhadores é o de retirar a emoção. Minha argumentação é que a alienação aqui se faz presente de maneira consciente, pois meus interlocutores sabem as dificuldades que esse trabalho gera: “Algumas pessoas não tem estômago para isso”, “Você não pode pensar muito nisso, se não você pira”, “Saí vomitando e chorando, lembro até hoje do rosto da criança”. Frases que demonstram como a emoção e pessoalidade podem interferir na execução laboral.

Porém, essa dissociação com suas emoções não é uma tarefa fácil, portanto para alcançar esse ponto é necessária uma postura frente ao seu trabalho. Em minha análise, o que percebi de semelhante a todos os meus interlocutores, foi o seu respeito, polidez e termos técnicos a se referir ao seu trabalho.

Aqui sustento meu principal argumento: que os rituais diários, por eles executados, são a maneira de tornar o trabalho técnico e impessoal, retirando assim sua parte individual que traz as emoções, ressignificando a morte, tornando-a somente mais um objeto de seu trabalho. Naiana deixou isso muito claro na seguinte passagem: “Quando eu estou num momento trabalhando muito com corpos é uma morte muito só no seu aspecto físico, até como mecanismo [...] quando tô ali trabalhando, aquela morte ali é o fim, eu não tô agredindo nada daquela pessoa. Morreu acabou”.

Este ponto é mais fácil de ser observado quando se têm a burocracia vinculada, porém se retomarmos meus interlocutores, todos eles de alguma forma sempre colocam que é necessário “ter estômago forte” de alguma forma para trabalhar com a morte, ou ainda que “se você pensar demais pira”. O momento no qual o funcionário do cemitério informou ter sido o mais difícil foi quando “me lembrei do meu filho”. Todas essas colocações demonstram que se você permitir que suas emoções individuais se evidenciem você não terá condições de trabalhar. Logo, eles criam mecanismos rituais individuais para executar o trabalho de maneira mecânica, retirando as suas percepções emocionais individuais da atividade laboral.

Até mesmo a forma de eles se referirem ao trabalho promove esse afastamento das emoções. Nenhum de meus interlocutores fala palavras negativas como “túmulos” ou “cadáveres”, colocam sempre algo mais brando e com menos carga simbólica como “jazigo” ou “peças”, e esse movimento não é inconsciente, ele é uma forma de falar que retire as imagens negativas da atividade. A Naiana destaca como essa utilização das palavras é feita justamente pra retirar a carga negativa dos serviços executados:

Naiana: Quando vamos fazer um corte de uma peça você tem que abrir a barriga de uma pessoa para retirar os órgãos internos. Isso é um pouco assustador se for botar dessa forma então a gente chama isso de ‘Rebate’ por exemplo, vamos ‘rebater o músculo’, é um jeito de suavizar uma coisa que em princípio pareceria mais assustadora. Eu acho dentro da nossa parte de atuação que você tenta tirar aquelas características de humanidade daquela peça, ela é para estudo. É muito respeitada. [...] Eu com você falo cadáver, mas em momento nenhum a gente fala com o cadáver, não. ‘Estamos aqui com a peça’, é assim que a gente fala. (Naiana)

Essa é a justificativa na qual me embaso para utilizar os nomes sempre como meus interlocutores se referem. “jazigo”, “urna”, “Peças” e os demais nomes não tão usuais que utilizo ao longo deste trabalho foram utilizados justamente para demonstrar a

maneira como meus interlocutores se referem. Utilizando-as sempre para “suavizar” essa realidade na qual imergi ao longo desse campo.

A utilização das palavras, porém, não são as características principais das ferramentas rituais, elas são a tradução das atividades executadas ao longo do processo. Irei focar na autópsia dos mortos feita pelo IML, mas vale ressaltar que o trabalho do IML não se restringe somente a esse ponto, ele também é o órgão responsável por exames de corpo-delito.

Após a passagem ritual burocrática, o corpo que chega deve passar por um longo processo de identificação e necropsia, porém, pela minha falta de acesso em campo, o ritual como um todo não pode ser observado. Pelos relatos que coletei, foi possível observar o preparo para estudo dos corpos “*não identificados*” e como é o processo de limpeza do laboratório, então concentrarei minha análise nessas duas práticas.

Cabe aqui esclarecer quem são esses “*não identificados*”, denominados vulgarmente com “indigentes”. Como a Naiana especificou: “Só são aceitos corpos para estudos de indigentes. [...] Se ninguém reclamar aquele corpo [por 30 dias] aí ele passa a ser um corpo doado. Passa a ser um corpo de indigente”. Observo assim como o próprio senso comum do “indigente” é perigoso, pelo seu aspecto de falta de conexões sociais:

“Como afirma Cunha (2002), esta figura expõe as condições limitadas da vida e as possibilidades ilimitadas da morte, biológica e social. ‘Viver como *indigente*, morrer como *indigente*’ (Cunha, 202, p. 49), segundo mostra a autora, não significa simplesmente viver e morrer desprovido de um registro de nome próprio em determinado tipo de cadastro nacional. Esta vida e morte anônima carregam consigo imagens e valores relativos a um lugar social de, a um só tempo, errância, erro e ameaça a ser, se não corrigida, ao menos administrada de forma particular.” (FERREIRA, 2009: 34)

A própria legislação reforça esse aspecto do “indigente” ser um erro, já que sua “falta de importância” permite que seu corpo seja utilizado para estudo. De dois modos essa perspectiva estatal é negativa, a de tornar o indigente dispensável de sua legislação, assim como negligenciar o aprendizado, pois nega os corpos “importantes” (identificados) a possibilidade de serem objetos de estudo. Vemos que não só no papel há uma negligência com os corpos “não identificados” (FERREIRA, 2009), o próprio corpo destes é fadado a descaracterização; estendendo a falta de identidade em vida para a morte.

Para além dessa correção administrativa, se faz necessária uma purificação do corpo, por meio de uma “limpeza profunda” como disse minha interlocutora. É necessário retirar o risco do contágio pelos fluídos nesse período, pois além dos 30 dias necessários para se tornar “indigente”, o corpo pode ter passado muito tempo exposto em condições adversas:

Naiana: “Primeiro faz a limpeza boa externa do corpo né? Corte de cabelo, corte de unha, depilação, que no meu caso a gente tá preparando o corpo para estudo, não tem nenhum comprometimento estético aí. Então, você tira tudo, faz uma ‘pesquisa de superfície’ para prováveis vermes e parasitas”.

Vimos no primeiro capítulo como esses 30 dias causam problemas na condição que o corpo se encontra. Parte do processo de trabalho da Naiana é tratar esse corpo após esse período. Ela também comenta como apesar de “não poder”, ela acabava por auxiliar na autópsia, colocando a falta de profissionais como principal causa dessa quebra das regras.

Naiana: “(Se) Tem certa possibilidade daquele corpo ser um indigente, então você já dava um preparadinho nele para diminuir toda perda que ele vai ter nesses 30 dias enquanto aguarda. Isso quando é possível. Esse é o ideal [...] sendo indigente ou não, se a família reclamar devolve daquele jeito. Mas não é assim que acontece na prática. [...] Esse é o trabalho mesmo de papiloscopista; auxiliar no preparo da drenagem, no preparo de ambiente”.

Após essa primeira limpeza e preparo do corpo, o procedimento segue para sua postura mais “invasiva”, começando assim algum tipo de retirada de “estruturas internas”. Cabe ressaltar que essa é a única ordem obrigatória do processo de “preparo” do corpo para estudo, pois os demais cortes e atividades com o corpo dependem de qual peça será trabalhada propriamente.

Naiana: “O primeiro procedimento invasivo, que a retirada do líquidos. [...] A drenagem, tira todo o sangue. E era tão normal que a gente falava ‘deixa aê dreno secando (tá vendo o termo ‘técnico) e vamos ali fazer um lanche, que vai demorar mesmo né?’, colocava o dreno no pescoço e fica secando. [...] O sangue, nesse estágio depende, se tiver um corpo que você trabalha cedo ele é tem mais consistência de sangue mesmo. Quando vai fazer isso depois de 30 dias, até 40 dias, mais tempo, o corpo passou por um período de congelamento.

Então você tem que descongelar todo aquele líquido, e nesse período os líquidos já estão se misturando então você não consegue mais drenar só sangue. Nessa drenagem de sangue você já começa a tirar algumas estruturas que vai vindo junto. Imagina você tirando uma carne do congelador ela tá ali perdendo líquido, o procedimento é esse. Desculpa a comparação, mas é inevitável! [...] Depois disso, acabou a minha (auxiliar de papiloscopia) parte. Daí pra frente é o médico-legal, o papiloscopista vai fazer o trabalho que for criminal, e o médico-legal vai fazer todo o resto do trabalho de corpo.”

O trabalho de limpeza dos laboratórios é um cargo do técnico de Papiloscopia, ele é a pessoa responsável pela pureza do ambiente, função fundamental do ponto de vista de um ritual. Ele é quem limpa o ambiente, e o permite ficar puro para a dissecação e menos perigoso para aqueles que vão fazê-la, já que caso ele falhe pode ocorrer infecções sanitárias:

Naiana: “Eu fazia a limpeza de desinfecção, limpeza de equipamento, de esterilização, de cuidado com a roupa, os EPI (Equipamentos de Proteção Individual), os equipamentos de proteção coletiva, tudo isso é função do auxiliar (de papiloscopista). Essa é a principal função dele, ele auxilia no corpo porque não tem profissional suficiente para isso, mas a função dele mesmo é a limpeza do ambiente. O ambiente, principalmente nessa primeira fase é o mais perigoso [...] Quando você está tendo aula, os riscos são mínimos comparados do que quando você pega um corpo para preparo. Porque nessa hora você vai ter contato com vários fluídos. [...] Então esse trabalho do ambiente é tipo um trabalho de assistente geral mesmo, é o ‘faxineiro’ do laboratório”.

Vemos que a limpeza para além de ter a função ritual de purificar o ambiente, tem uma noção dada de higiene, porém na frase dela fica claro como o mau cuidado com a morte é na verdade esse real perigo (DOUGLAS, 2012). Vemos que há uma negação que a doença vem da morte, porém a crença de minha interlocutora mostra perfeitamente como ela acredita que as doenças vêm da má purificação do corpo:

Naiana: “No IML tinha muita infecção cruzada, pra te falar a verdade. De vez em quando dava uma urucubaca que todo mundo ficava com a alguma coisa. Tinha que tá vinculado aquilo ali (ao corpo), por mais que dissessem que não, que a proteção era grande. Teve uma época que todos os médicos ficaram, parecia ‘sarna negra’, a galera perdia o cabelo todinho. Algum corpo que tinha

sarna, e alguém que não limpou direito. Nessa época que entram pessoas novas. Aí se você pode pegar isso, você pode pegar coisas muito mais sérias”.

Finalizada a limpeza do ambiente, passo a querer compreender o que minha interlocutora entende por “preparo do corpo”, algo que ela fala constantemente, mas sem detalhar. Pergunto especificamente se há alguma ordem que deve ser seguida, justamente pra entender a lógica ritual. Algo que ela me determina não ser tão linear quanto eu previa, tendo cada caso um preparo específico:

Naiana: “O técnico em anatomia vai ajudar o médico-legal, mas o médico que decide qual vai ser o corpo [...] para estudo, aqui mesmo o corte já decide qual vai ser a peça. Vai ser musculoesquelético, só um órgão, essa parte já é importante pra isso. Se for corpo inteiro vai se retirar só a pele e o tecido adiposo, se você vai deixar só um membro, só tira a pela do membro específico, enfim depende do que você tá querendo mostrar, normalmente você já recebe com a indicação ‘de estamos preparando corpos assim para tal faculdade’, e já tem noção de que aquela faculdade recebeu um corpo inteiro então é muito mais provável que ela esteja precisando de um ‘n corpo’ então o corte vai ser em outro sentido, não vai ser um corte ‘coronal’ vai ser um corte ‘sagital’, pra dividir o corpo do lado direito-esquerdo, você pode aproveitar os lados para lugares diferentes enfim, depende disso, então não tem uma sequência propriamente. Dá pra dizer que é mais ou menos assim, e da minha parte. E tem uma diferença do corpo que vai ser estudado anatomicamente e do corpo que vai ser estudado criminalmente. Tem corpos que são preparados para estudo da própria polícia (técnica), de tipos de acidente, de tipo de mutilação [...], por exemplo, a pessoa levou um tiro no peito, não necessariamente esse corpo vai para o estudo de uma faculdade, fica na polícia sendo estudado qual o estrago que a bala faz. Aí nesses casos, não é retirada a caracterização, ‘é mantida a cara de corpo’”.

Vemos em todos os momentos o cuidado de falar os nomes de uma maneira muito técnica, sempre dentro de uma lógica de “suavizar”. Eu considero que essa maneira de falar do seu trabalho faz com que ela tenha uma referência diferenciada para sua atividade. Essa maneira específica de fazer e falar reflete de forma a tornar o seu cotidiano uma prática ritual, tornando possível acessar o estado no qual ela observa a morte sem seu significado espiritual, ainda assim respeitosa, tornando-a material do seu trabalho para ser fácil alienar-se de suas emoções.

Os rituais de transformação

Dando seguimento ao ponto ressaltando ao final do último tópico, procuro agora mostrar como ocorrem as práticas de transformações dos corpos falecidos. O processo do preparo do corpo para estudo é o da “retirada da caracterização” em contraste com o processo de tornar o corpo “o mais digno possível” no “avivamento” feito pela funerária. Em síntese, enquanto o trabalho com o corpo “indigente” do IML tem como função descaracterizar o aspecto vivo, o trabalho de acondicionamento da funerária é tornar o corpo o mais próximo do aspecto de vida possível.

O processo feito pelo IML já foi muito demonstrado no último tópico, portanto irei colocar mais o processo que denomino de “avivamento” feito pela funerária, comparando com os aspectos que observei sobre o IML, mostrando um contraste entre os dois. O objetivo desse tópico é mostrar que os dois rituais têm resultados distintos, porém fazem parte de um mesmo mecanismo e com mesma função de “negar” a morte, por tornar o corpo o que ele não é, negando sua mortalidade; por um lado tornando-a o mais próximo do aspecto vivo anterior, e do outro por tornar o aspecto tão distante que não se percebe enquanto um corpo, somente como uma “peça de carne”.

A funerária tem um processo mais linear do que o IML, com todos os corpos passando pelos mesmos processos na mesma ordem: higienização, embalsamento, acondicionamento, embelezamento e ornamentação. Esses são os serviços feitos e cobrados pela funerária e que em minha análise percebo o seu aspecto ritual.

O processo de “higienização do corpo” é o primeiro, nele o tanatopraxista limpa a superfície, pois “o corpo vem muitas vezes com ferimentos na cabeça, ou muita perda de sangue, então cabe aos “tanatos” [...] que deixem da maneira mais “digna” possível”. Então, essa primeira chegada é comparável ao primeiro banho feito pelo técnico em papiloscopia do IML, é uma limpeza profunda do corpo. Meu interlocutor criticou o trabalho do IML, ressaltando que essa é a percepção dele no passado, não sabendo se é assim hoje: “Não sei como está agora, mas na minha época o IML deixava o corpo muito sujo, algumas vezes não tinha nem como deixar melhor [...] os cortes eram mal feitos, tinha sangue seco em tudo”.

O segundo momento é o do embalsamento, uma prática que só pode ser feita por técnicos em anatomia, pois consiste em retirar as vísceras internas, para retardar o processo de putrefação do corpo. Caso o corpo venha do IML, não é permitido fazer o

embalsamento, pois pode se perder algo relacionado à investigação. “Eles nem permitem que nós façamos embalsamento, a não ser que fosse alguém superior como o Chefe do IML, Coronel, ou algum cargo assim para permitir que nós (funerária) fizéssemos o embalsamento, se não eles que faziam esse processo”.

O acondicionamento é o processo de preparar o corpo principalmente para a exposição no funeral, pois nesse momento vedam-se os orifícios, envolve-se a pele com plástico, sempre para retardar os efeitos pós-mortis. “Nesse processo de acondicionamento o corpo é emplastificado, para reter o sangue, preservar a pele e para acomodar uma roupa boa, porque você sabe que depois de 24 horas a decomposição e o sangue vaza, em alguns casos sai a pele, então é preciso formol e “vedar” o corpo para não chegar no velório e o corpo não estiver adequado, se não vai assustar né?”

O processo que denominei de embelezamento, consiste na parte principalmente de maquiagem do corpo. Aqui, a vontade dos maquiadores é deixar o corpo o mais próximo do seu tom de pele e de todo seu aspecto antes da morte. “A maquiagem, vem principalmente para deixar um pouco mais “vivo”, dar uma cor. Também é muito comum colocar um plástico na cabeça e até utilizar perucas se a família quiser [...] esse processo permite que não vaze, a urna (Caixão) é feita pra isso também, não pode vazear sangue ao longo do sepultamento”.

O processo denominado de “ornamentação” é o processo de flores, buquês, tapete de flores e os outros acordos com a família para o velório. Como todo este momento já foi descrito no Capítulo 2, não irei me ater, somente o coloco aqui por ser o último passo desse longo processo ritual feito pela funerária.

O encargo dos funcionários da funerária segue a mesma legislação que separou os serviços no IML, sendo assim, há de ter pessoas especializadas para fazer um determinado procedimento invasivo. Assim, “os técnicos em anatomia são responsáveis principalmente pelo processo de embalsamento e cortes de maneira geral. O tanatopraxista dá banho e deixa os eventuais ferimentos e cortes do máximo sutil possível, já participando do processo de acondicionamento”.

Com isso, fica claro na fala de meu interlocutor que não há uma preocupação (pelo menos dele) com a estética, é mais uma noção de preservar o corpo e o enterrar da maneira mais satisfatória à família. A maneira que seja um serviço que deixe o corpo apresentável, e agradável para a cerimônia. Mesmo eu questionando sobre o aspecto de

beleza, ou algo do gênero, ele não se referia desta forma. Sempre com linguagem bem técnica sobre a situação, analisando só como um serviço bem feito e entregue para satisfação da família.

O corpo segue um caminho ritual na funerária para que as causas da morte e seus eventuais efeitos visíveis sejam minimizados, tornando assim a aparência do corpo o mais próximo de como era em vida. Vemos, porém que apesar desse caminho, a preocupação do atendente é com a família, justamente por ser o seu serviço ser “atender e ‘agilizar’ os trâmites administrativos”. Os rituais que ocorrem com o corpo, tem função de dignificar e se considerar as colocações de sagrado e profano de Mary Douglas (2012), pode se ver uma ligação estreita entre a vida ser a “perfeição”, enquanto a morte “perigosa”; conceitos por ela também ressaltados, a vida ser “digna” e a morte “assustar”.

O trabalho da funerária é organizado dentro de uma lógica que compreende muito bem uma passagem de um estado “sujo”, para uma aparência “digna”, sendo assim um rito de passagem (VAN GENNEP, 2011) contemporâneo. Em outras culturas quem acaba por executar essas tarefas são sempre pessoas poderosas (DOUGLAS, 2012) e até mesmo autoridades religiosas (DURKHEIM, 1989), porém em nossa sociedade quem as executa são estigmatizadas. Apesar disso, quando indagado, o atendente da funerária diz: “para mim o trabalho em funerária sempre foi normal como qualquer de outras experiências minhas”. Assim como a Naiana, ele também não tem vergonha e nem se sente estigmatizado pelo seu trabalho.

Todo esse ritual da funerária e seus efeitos nos trabalhadores pode ser observado no filme “A Partida”, que conta muito bem a trajetória de um desses funcionário que descobre uma vocação junto ao trabalho da funerária. O filme demonstra os estigmas internos e a vergonha que por vezes o “trabalho sujo” da funerária tem. Mas o filme mostra muito bem como são esses efeitos de transformações dos conceitos da morte feitos a partir da maior convivência com ela. Descobre-se cada vez mais sobre a vida quando se trabalha com a morte.

Retomando o IML, o ritual de preparo de um corpo para estudo tem outro objetivo, o da “descaracterizar” o corpo. “Na descaracterização a gente prepara para que não seja possível saber se uma pessoa era gorda ou não, para medicina (faculdade) se recebe corpos in natura, a gente não. No IML a gente faz a retirada da pele e do tecido adiposo, então basicamente quando você entra no laboratório de anatomia e vê é a parte muscular

exposta. [...] Por isso essa semelhança com a carne que você come (risos). [...] Essa é uma grande diferença, na área da saúde se faz de tudo para tirar a caracterização do ser humano vivo, você não tem nenhuma prioridade em fazer com que ele (corpo) mantenha uma característica vivo e o trabalho em funerária é reproduzir o máximo possível o aspecto daquela pessoa em vida. A gente vai tirar o pelo, tirar a pele da peça. Lá não, eles mantêm tudo.”

A descaracterização não só se modifica com o trabalho do IML, ele acontece também com o tempo de utilização da peça. “Esses corpos (de estudo) já estão bem macerados com o tempo. Isso vai descaracterizando, descaracteriza o corpo. É mais difícil quando a gente tá trabalhando, por exemplo, fazendo o preparo de corpos para serem estudados, muito mais difícil, porque aí tem um aspecto mais... mais humano. Nessas aulas de anatomia mesmo, o corpo já perdeu um pouco ali daquela carinha. Você compararia mais com uma mumificação, mais uma aspecto mumificado do que um aspecto in natura. A não ser os fetos, que aí são conservados inteiros em vidros. Aí é mais chocante, tanto que não fazem brincadeiras porque é mais chocante.”

Então para além da descaracterização da peça feita pelo IML, o laboratório de anatomia também reforça essa “descaracterização”, tanto por eventualmente fazer um corte ou preparo a mais, assim como a utilização exaustiva das poucas peças que se tem acesso também acabam por modificar a aparência.

Comparando os dois ambientes, ambos ao “preparar o corpo” fazem uma limpeza profunda, mas na funerária a limpeza visa uma “suavização” das impurezas do corpo para sua exposição, tendo assim um objetivo mais claro, seu caminho é mais linear. O ritual de “descaracterização” tem o objetivo de separar as peças para estudo e retirar seu aspecto vivo, feito para tornar um aspecto “mumificado” do corpo. Como cada peça é única, acaba que esse processo sempre varia. Cabe ressaltar que nessa limpeza mostra-se que a primeira relação com o corpo é sempre o de purificá-lo, um aspecto ritual de interseção entre os dois ambientes.

Apesar das diferenças tanto na execução quanto nos objetivos, sustento aqui que os dois rituais têm mecanismos mais próximos do que se parece. Ambos precisam purificar o corpo, retirar vísceras, controlar vazamentos para fazer uma passagem de estado do corpo, e aqui que coloco que todos esses processos tem uma função, ressignificar a morte, onde de um lado essa passagem faz com que o corpo enalteça a vida passada, enquanto a outra descaracteriza a “cara de vivo”. Ambos, portanto retiram

do corpo a sua mortalidade; suavizando os cortes ou retirando a pele, essas duas atividades por mais que aparentemente parecem opostas, tem uma função social igual.

Os rituais individuais

Como vimos até aqui neste capítulo, os rituais apesar de sutis, são sempre presentes na morte, tanto na sua passagem burocrática quanto no preparo do corpo. Assim, todos os rituais observados até agora, por mais que sejam distintos entre si, tem sempre a intenção de atingir a mesma função, ressignificar a morte para que se consiga lidar com ela.

O funeral tem a ressignificação da morte a partir de uma profunda convivência, nos fazendo ver sob um novo olhar o corpo, pois se coloca sempre de uma maneira enaltecida, envolto em ornamentos de santificação. Tudo isso tem função para tornar aquela morte mais próxima, e assim entende-la um pouco melhor.

Os rituais burocráticos são aqueles que transformam as mortes físicas em estatísticas no papel. Essas são as ferramentas estatais para lidar com essas eventualidades que também o atingem, já que essas pessoas deixam de produzir, consumir e viver das suas leis, elas passam a serem inclusive encargos do poder executivo da polícia.

Descrevi aqui também como as instituições da funerária e do IML tem uma linearidade de suas atividades para transformar o corpo, sempre de uma forma que tornem a morte em algo mais aceitável. Seja por torna-la próxima do aspecto da vida ou retirar tanto seu aspecto de humano que não se perceba enquanto um corpo, mas enquanto peça.

Porém, não argumentei até então como os indivíduos percebem essas passagens. Descrevi somente como é o cotidiano dos meus interlocutores, mas sem demonstrar como eles observam a morte. Essa foi uma pergunta que em meu campo não tinha uma teoria mais sólida para responder, porém, a minha vivência individual do ritual funerário me fez entender um aspecto que até então não compreendia, o efeito do ritual na ressignificação individual de seus participantes.

Costumamos entender até aqui como o ritual é uma passagem bem construída em uma noção social, porém, a morte não tem uma resposta única e, desta forma, não se pode significá-la de uma maneira generalizante. Os rituais, apesar de serem sempre

promovidos por uma esfera social, tem seu efeito no conjunto de crenças e conceitos individuais. Portanto, por mais que, por exemplo, a funerária tenha um caminho linear de suas atividades, o indivíduo que executa uma de suas etapas também sofrerá o efeito de ressignificação ritual.

Portanto, concepções e falas de meus interlocutores sempre eram próximas uma da outra, pois todos eles vivem cotidianamente os rituais de transformação da morte. Com isso, eles têm suas crenças individuais, mas percebem a importância do seu trabalho ser executado da melhor maneira possível, por que eles sabem que seu trabalho tem um efeito real nos rituais de significação.

Desta forma, o conhecimento da morte passa sempre por um processo de crença e significados individuais. Mesmo que culturalmente tenhamos símbolos socialmente aceitos, sempre se faz necessário o compartilhamento individual daquele significado, ou seja, não há o poder da morte se não há a crença no seu significado (DOUGLAS, 2012, MAUSS, 1974). Uma forma de compreender isso é observar a minha falta de conhecimento sobre tais significados como fator determinante para eu não sentir medo ou anseios ao longo do meu campo. Percebi sua força e signifiquei-a de outra forma depois da vivência ritual, que promoveu em mim a sua função, transformar a morte em algo que eu posso lidar. Assim como meus interlocutores, digo lidar e não superar, pois é impossível superar a morte, a melhor maneira é lidar e conviver com ela de maneira harmoniosa.

Já sobre os trabalhadores que conheci em meu campo, eles sabem da importância do seu trabalho ser bem feito para alcançar sua função ritual de ressignificação. Mas, para, além disso, a própria execução e vivência desses rituais, os fazem lidar de uma maneira muito sóbria com a morte, soando até frio, sem emoções, porém essa é a maneira pela qual lidam com a morte, considerando-a somente enquanto objeto de seu trabalho.

Portanto, cada um tem a sua crença individual sobre morte, porém isso se torna irrelevante, pois os rituais que eles promovem é o que importa realmente. Assim, eles atingem o mesmo objetivo dos rituais: ressignificar a morte de modo que ela fique mais natural, retirando o aspecto nocivo de seu conceito.

Após todas essas abstrações teóricas sobre os rituais consigo perceber como todos eles seguem uma lógica, a necessidade social de tornar a morte em algo que

possamos lidar. Retirar suas características incontroláveis e desconhecidas que trazem tanto seu poder nocivo, buscando sempre compreendê-la dentro de características que tornem possível aceita-la dentro do cotidiano. Como disse Norbert Elias: "Talvez devêssemos falar mais aberta e claramente sobre a morte, mesmo que seja deixando de apresentá-la como um mistério" (ELIAS, 2001: p. 77). Quanto mais falarmos dela, melhor é para se entender a vida. Esse sem dúvida foi o maior ganho que tive com toda essa pesquisa.

Considerações Finais

Após esse longo trajeto etnográfico, chegamos ao final. Começo observando o campo, depois me permito sentir e participar, e por último reflito sobre todas as experiências anteriores. Esta forma de como essa pesquisa foi pensada, promove uma jornada por um tema que normalmente não temos contato. Começamos estranhando-o, apresentando os espaços e os temas para ao fim ser possível falar dele de uma maneira mais sincera.

Nessa pesquisa, então, tive intuito de demonstrar principalmente como os rituais são ferramentas fundamentais no processo de ressignificação da morte. Sustento este argumento a partir das experiências que tive junto a meus interlocutores, assim como a minha experiência individual vem de maneira fundamental por me fazer entender realmente essa força do efeito ritual.

Assim sendo, essa pesquisa tinha um intuito diferente em seu princípio, com meus interlocutores iria procurar entender como eles executam seus trabalhos. Porém, após eu, enquanto indivíduo, ter tido acesso a um processo de perda e seu ritual consequente, percebi que todas as tarefas que antes via enquanto “ordinárias” na verdade fazem parte de todo um mecanismo ritual. Cada um com suas especificidades, porém sempre com intuito de nos fazer lidar de maneira mais natural com a morte.

Uma pesquisa em tantos lugares diferentes, com tantas vivências distintas tem diversos outros caminhos possíveis a se seguir. Para fins deste trabalho escolhi aquele que mais me afetou ao longo de minha trajetória, o aspecto ritual da morte. Porém, adentrar nas perspectivas desses funcionários, ver realmente como são as instituições e como essas pessoas refletem sobre o mundo é um trabalho fantástico.

Outra possibilidade de pesquisa pode ser em comparar as organizações estatais com as terceirizadas e nas suas diferentes maneiras de lidar com a morte. Também se pode pesquisar somente uma comparação entre os lugares de pesquisa, como por exemplo fazer uma análise profunda da área do cemitério Islâmico ou do cemitério Judeu que temos no Plano Piloto.

Cabe ressaltar como a análise institucional e uma observação participante dentro de uma estrutura e do setor de necropsia não pode ser levada a frente, mas não deixa de ser um campo possível dentro desta perspectiva que alie a morte, com uma instituição Estatal.

O campo caba por não centralizar muito o aspecto conceitual de trabalho. Ele está presente, mas mais enquanto um pano de fundo de minha observação, porém isso foi mais escolha que falta de dados. Cabe uma revisão deste campo aliando mais profundamente com os aspectos de pesquisa junto ao “trabalho sujo”.

Uma pesquisa de Conclusão de Curso nos faz rever muito de todas as teorias que aprendi ao longo desses anos de minha graduação. Cabe ressaltar então as principais categorias que utilizei ao longo deste trabalho, estigma, invisibilidade social e ritual. Estes três conceitos são os principais de minha pesquisa e com eles que estruturei meu argumento propriamente dito.

O estigma sendo o conceito de identidade social e a categoria que abarca as visões do senso comum. A invisibilidade social é o momento no qual uma pessoa se torna invisível, seja por escolha individual dela ou por escolha de quem olha, mas não se importa com a individualidade daquela pessoa. E o último conceito, entender o funeral enquanto uma atividade ordinária organizada e estável, com etapas que devem ser seguidas para causar uma transformação conceitual.

Em minha pesquisa esses três conceitos são centrais por ser percebidos em todos os lugares que convivi e com todos os interlocutores que falei. Não necessariamente de forma explícita, mas a partir de uma abstração conceitual é possível entender a presença dessas três características em meu campo.

Como fica claro, o caminho que escolhi para apresentar a pesquisa é justamente para perceber como esses conceitos estão presentes nas falas de meus interlocutores. Em um princípio se faz fundamental apresentar quem são eles, quais suas falas e como eles veem as realidades cotidianas de seus trabalhos. Aqui já se percebe muito do que eu percebo de estigmas e invisibilidades sociais, pois por mais que meus interlocutores não falem que sofram disso, o senso comum ainda deve ser levado em consideração. Essa diferença de percepção também deve ser observada enquanto dado, pois demonstra que pra quem vive de um serviço que é de certa forma estigmatizado, quebra-se essa visão comum. Esse é o argumento central do primeiro capítulo, quebrar o senso comum e nossos estigmas prévios a partir da realidade que tive contato em campo.

Quando se conversa em nível individual com tais trabalhadores é impossível observar alguma invisibilidade, pois ao perguntar para a pessoa não se pode dissociar a fala dela enquanto algo individual. Assim sendo, a invisibilidade social só é percebida

quando a pessoa está em uma atividade cotidiana, então para perceber em campo a invisibilidade social é preciso de mais tempo. Já que não é um conceito que pode ser observado das falas, somente das ações. Então, o estigma vem da prática discursiva e a invisibilidade social é observada nas práticas laborais. Assim, a invisibilidade social é central nas observações do segundo capítulo, principalmente quando estou em um momento ritual observando os trabalhadores que estão presentes no lugar.

O ritual é um conceito que vem junto à minha pesquisa após eu perceber seus efeitos em mim. Anteriormente sabia somente em termos conceituais o que é um ritual, e mesmo tendo vivido outros rituais, o funeral me afetou de maneira muito mais intensa, me dando uma profundidade junto ao conceito que antes eu não percebia. Por isso, o segundo capítulo traz o aspecto de como vivi o funeral, e no terceiro complemento estruturando o conceito e como ele também é aplicado nos outros ambientes que tive contato, para formar assim o meu argumento de observar as transformações não só físicas, mas conceituais promovidas pelos rituais.

Portanto, os três conceitos podem ser observados como centrais, inclusive observando-os dentro de uma estrutura durante a pesquisa, que me aprofundo em cada um a cada capítulo. Não há uma exclusividade de o capítulo ser a discussão do conceito, mas cada um dos conceitos é mais bem evidenciado a cada capítulo. O intuito disso é estruturar um argumento sólido de que temos vários rituais junto aos ambientes estigmatizados da morte que buscam ressignificar o que a morte é. Como o principal referencial são meus interlocutores, se faz fundamental entender até qual ponto há uma invisibilidade social ao seu trabalho, seja por vontade do trabalhador ou por sua invisibilidade aos olhos das demais pessoas que estão no lugar. Enquanto etnografia é fundamental que se retire os aspectos de estigma e que se quebre com padrões sociais pré-estabelecidos, para entender realmente como os próprios trabalhadores dizem ser.

Retomo aqui, portanto o crescimento que o processo etnográfico gerou, tanto em termo pessoal quanto profissionais. Esta pesquisa compreendeu um esforço de abstração das teorias observadas ao longo do curso agora sendo trabalhadas dentro da prática real de um campo etnográfico.

A morte deveria ser algo mais natural, mais discutido e mais falado. Fica aqui minha contribuição para que isso possa acontecer. Não pretendo que isso seja somente um assunto para ser estudado dentro da academia, pois sempre temos contato com a morte, devemos respeitar, mas temer jamais.

Bibliografia

ABRAMS, Philip. 1988. "Notes on the difficulty of studying the state". *Journal of Historical Sociology* I(I): 58-89.

AGAMBEN, Giorgio. 2006. "A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade". Belo Horizonte: Editora UFMG.

ALDÉ, Lorenzo. 2003. *Ossos do ofício: processo de trabalho e saúde sob a ótica dos funcionários do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Ministério da Saúde.

ALVES, Emiliano Rivello. 2008. "Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais", *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184. jan./abr.

ARIÈS, P. 2003. *História da morte no ocidente* (P. V. Siqueira, Trad.). Rio de Janeiro: Ediouro.

BARROS, Vanessa Andrade de; SILVA BARROS, Lilian Rocha da. 2004. "Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte". *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 318-333, dez.

BERGER, P. L. LUCKMANN, T. 2005. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 25. ed. Petrópolis: Vozes.

BIONDI, Karina, 2010. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*, São Paulo, Editora Terceiro Nome.

BONNEMAISON, Joel. 1981. "Voyage Autour du Territoire". In: *l'Espace géographique*, 10 (4): 249-262.

BOURDIEU, Pierre. 2007. *A distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk.

BORGES, Cristiano; SANTOS, Fabrício; GODOY, Laura; MENDES, Valéria. 2003. *Não reclamados: vidas esquecidas no Instituto Médico Legal*. Belo Horizonte: PUC-Minas.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2014. Teixeira, Carla Costa (org). “Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações”.

CASTRO, Celso; Leiner, P. C. 2009. Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV.

CELEGUIM, Cristiane Regina Jorge; ROESLER, Heloísa Maria Kiehl Noronha. 2009. “A Invisibilidade social no âmbito do Trabalho”. Revista Científica da Faculdade das Américas, Ano III, número 1, 1º semestre.

CORRÊA, Mariza. 1982. “Antropologia & Medicina Legal: variações em torno de um mito”. In: ____ (org.) Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 53-63.

DA MATTA, Roberto. 1997. “A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro”. In: _____. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, p. 133-158.

_____. 2002. “A Mão Visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira”. In: Anuário Antropológico/99:37-67. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. 2000. “Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade”. Mana, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, Abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 de agosto de 2016 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000100001>.

DINIZ, Ana Paula Rodrigues, CARRIERI, Alexandre de Pádua, BARROS, Amon Narciso de. 2013. “Invisibilidade social e trabalho noturno: reflexões a partir de representações sociais de garçons”; Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 14, n. 1, p. 18-38, jan./abr.

DOUGLAS. 1998. “Como as instituições pensam”. São Paulo: EDUSP.

_____. 2012. “Pureza e Perigo”. Ed. Perspectiva S.A.

DURKHEIM, Emíle. 1989. "As formas elementares de vida religiosa". São Paulo: Paulinas.

_____. 2008. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes,

ELIAS, Norbert. 2001. A Solidão dos Moribundos. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FAVRET-SAADA, Jeane. 2005. "Ser Afetado". Caderno de Campo, n. 13.

FERREIRA, Letícia Carvalho de M. 2009. Dos autos da cova rasa. A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional.

_____. 2011. Uma Etnografia Para Muitas Ausências: O desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. Tese de Doutorado, PPGAS/MN/UFRJ.

FERREIRA, Luiz Felipe. 1997. "Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo". In: Revista território. Rio de Janeiro. Ano V, nº9. P. 65-83. Jul./dez.

GEERTZ, C. 1989. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GOFFMAN, Erving. 1982. "estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada". Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1999. "Manicômios, Prisões e Conventos". São Paulo: Editora Perspectiva.

HOLZER, Wether. 1997. "Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio-ambiente". In: Revista Território. Rio de Janeiro. Ano II, nº3. P. 77-85. Jul./dez.

_____. 1999. "O lugar na geografia humanista". In: Revista Território. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 7. P. 67-78. Jul./dez.

HOWARTH, glennys. 2007. "Death & Dying: a sociological introduction", Cambridge, Polity.

HUGHES, Everett. 1962. "Good People and Dirty Work." *Social Problems*. Vol. 10, No. 1 (Summer), pp. 3-11.

_____. 1958. *Men and Their Work*. Glencoe, IL: Free Press.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. 1969. "Sobre a Morte e o Morrer". 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

LAING, Ronald D. 1986. "Identidade Complementar". In: "O Eu e os Outros - O Relacionamento Interpessoal". Petrópolis: Vozes.

LÉVI-STRAUSS, C. 1976. "Raça e História" in *Antropologia Estrutural II* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, capítulo XVIII, pp 328-366.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2006. *A Ideologia Alemã: Feurbach – A contraposição entre as cosmovisões Materialista e Idealista*. São Paulo: Martin Claret.

_____. 1996. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume 1, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital, Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). São Paulo, Ed. Nova Cultura Ltda.

MAUSS, Marcel. 1974. "Efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade". Em: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU.

_____. 2001. "A Expressão Obrigatória dos Sentimentos (rituais Oraís Funerários Australianos)". In: "Ensaio de Sociologia". São Paulo: Editora Perspectiva, p. 325-335.

_____. 2003. "Efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade (Austrália, Nova Zelândia)". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MENEZES, Carolina Baptista, DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. 2009. "Os Efeitos da Meditação à Luz da Investigação Científica em Psicologia: Revisão de Literatura". *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 29 (2), p. 276-289.

MENEZES, Rachel Aisengart, GOMES, Edlaine de Campos. 2011. "Seu funeral, sua escolha: rituais fúnebres na contemporaneidade" *Revista de Antropologia* Vol. 54, No. 1 (janeiro-junho), pp. 89-131.

MENEZES, Rachel Aisengart. 2004. "Em busca da Boa Morte: Antropologia dos Cuidados Paliativos", Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, Garamond.

MENEZES Raquel. 2004. A solidão dos moribundos: falando abertamente sobre a morte. *Physis*, vol. 14, no 1.

MOURA, Cristina Patriota de. 2007. “O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira”. Rio de Janeiro: FGV.

NADER, L. 1972. “Up the anthropologist: perspectives gained from studying up” In: HYMES, D., ed. – *Reinventing anthropology*. New York: Random House.

PEIRANO, Mariza. 1986. “Sem lenço, sem documento”. In: *Sociedade e Estado: revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB*. Vol. 1, Junho, Brasília, Editora UnB. p. 49-63.

_____. (org) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*; Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001.

PEREIRA, José Carlos. 2013. “Procedures for dealing with the taboo of death”. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, nº. 9, set. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900025&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 2 de agosto de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000900025>.

QUINÁGLIA SILVA, Éica. 2008. “A terceira margem”. In: 26a Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. *Anais da 26a Reunião Brasileira de Antropologia*.

_____. 2009. “E a tristeza nem pode pensar em chegar...” In: *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 13, vol. 20(1+2). p. 243-261.

REESINK, Mísia Lins. 2009. “‘Rogai Por Nós’: A Prece no Catolicismo Brasileiro à Luz do Pensamento Maussiano”, In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 29(2): 29-57.

RELPH, Edward. 1980. *Place and placelessness*. London:Pion.

RODRIGUES, José Carlos. 1983. *tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Achiamé.

SANTOS, R. V. 1998. “A realidade do processo de trabalho vivenciado nos cemitérios.” *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 25(93-94), 57-73.

SARAIVA, Clara. 2015. "Ter o seu corpo morto aqui ou lá: Transnacionalidade funerários entre imigrantes da Guiné-Bissau". Debates do NER, Porto Alegre, ano 16, n. 28, p. 153-176, jul./dez.

SHAPIRO, D. 1981. "Meditation: Clinical and health-related applications". The Western Journal of Medicine, 134(2), 141-142.

SILVA BARROS, Lilian Rocha da. 2004. Atividade e o cotidiano dos auxiliares de necropsia no instituto médico-legal de Belo Horizonte/MG: trabalho não reconhecido. Dissertação de Mestrado. Psicologia Social pela UFMG.

SILVA, Kelly Cristiane da. 2006. "O Poder do Campo e o Seu Campo de Poder". In: Entre Saias Justas e Jogos de Cintura: Gênero e etnografia na antropologia brasileira recente, Org. BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. Porto Alegre.

SPINK, Peter. 2001. Continuidade e Descontinuidade Administrativa: uma Análise de Fatores que Contribuem para a Manutenção de Programas, projetos e Atividades Públicas de Êxito em Governos Locais Brasileiros. São Paulo. Relatório de pesquisa FGV/EAESP/NPP; n.60.

SPINK, Peter. 1987. "Continuidade e descontinuidade em organizações públicas: um paradoxo democrático". Cadernos Fundap, São Paulo, Ano 7, n. 13, p. 57-65, abr.

TEIXEIRA, Carla Costa, LOBO, Andréa de Souza, CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues. 2014. "PROPOSTA DE PROJETO: Instituto de pesquisa Econômica Aplicada: uma etnografia institucional", Chamada Pública PNPd no 25/2013.

THOMAS, Louis-Vincent. 1993. Antropologia de la muerte. México: Fondo de Cultura Económica

TUAN, Yi-Fu. 1965. "Environment" and "world". In: Professional Geographer, 17 (5), pp. 6-7.

TURNER, Victor 1974 [1969]. O Processo funeral: Estrutura e Anti-Estrutura! Petrópolis, R.J.: Vozes.

VAN GENNEP, Arnold. 2011. Os ritos de passagem. Petrópolis. Ed. Vozes.

VIANNA, Adriana (org). 2013. O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro, E-papers.

WEBER, Max. 2007. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo; Companhia das Letras.

_____. 2004. “Economia e Sociedade”, Volume 1 e Volume 2; São Paulo Editora UnB.

_____. 2005. “Três tipos de poder e outros escritos”, Tribuna da História, Lisboa.

Filmografia

CHENILLO, Mariana. 2008. Cinco dias sem Nora. México, 1h32min

QUINÁGLIA SILVA, Érica e HENNING, Carlos Eduardo. 2006. flores. Filme Etnográfico. Brasil, 30 min.

QUINÁGLIA SILVA, Érica. 2007. E a tristeza nem pode pensar em chegar... Filme Etnográfico. Brasil, 60 min.

TAKITA, Yojiro. 2008. A partida. Japão, 2h11min.